

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO SOCIETÁRIA: A (DES)PROTEÇÃO DOS CREDORES SOCIAIS

por

Joana Alexandra Carvalho Maia

Faculdade de Direito da Universidade do Porto



**Dissertação conducente à obtenção do Grau de Mestre em Direito, na
especialidade de Ciências Jurídico-Privatísticas, realizada sob a orientação
do Professor Doutor Paulo de Tarso Domingues**

MESTRADO EM DIREITO – CIÊNCIAS JURÍDICO-PRIVATÍSTICAS

Porto, setembro de 2017

Agradecimentos

Pela ajuda, paciência, compreensão, motivação e conhecimento transmitido:

Ao meu Amor.

Aos meus Pais.

Ao meu Irmão.

Aos meus Avós.

Às minhas Amigas.

Ao Professor Doutor Paulo de Tarso Domingues que tão bem me orientou.

Ao Professor Doutor Tiago Ramalho.

Ao Doutor José Maria dos Santos.

São os alicerces mais fortes da construção da presente Dissertação.

Pergunta Central:

Até que ponto é que o ordenamento jurídico português protege os credores sociais aquando da dissolução, liquidação e extinção dos seus devedores (sociedades comerciais¹)?

Resumo

A resposta a esta pergunta desenvolveu-se de forma progressiva, progressão esta que está associada ao próprio processo de extinção das sociedades: as sociedades comerciais, como pessoas coletivas com personalidade jurídica, não se extinguem com um só facto jurídico. Destarte, analisamos, primeiramente, as fases de dissolução e liquidação das sociedades comerciais, passando pelas suas características, efeitos e objetivos.

Ao longo do estudo da tutela dos credores sociais passeamos pelo Código das Sociedades Comerciais para percebermos se as relações jurídicas, nas quais as sociedades e os credores fazem parte, persistem perante a extinção daquelas e de que forma é que os liquidatários e sócios respondem perante o passivo superveniente.

Balanceamos os diferentes interesses protegidos, fazendo uma reflexão crítica sobre matéria jurisprudencial e normativa sem nos distanciarmos da realidade prática do giro comercial.

Falamos dos diferentes processos de extinção das sociedades comerciais, focando-nos, principalmente, naqueles em que a partilha é suprimida pela inexistência de ativo e passivo, o que provoca vários problemas no âmbito de proteção dos credores sociais.

No sentido de dar resposta à lacuna de proteção que está presente no processo especial de extinção imediata das sociedades comerciais, entramos num caminho de interdisciplinaridade entre o Direito e a Contabilidade, sugerindo uma forma de comprovar a veracidade de declaração dos sócios quanto à inexistência de ativo e passivo da sociedade.

Não nos focamos nas causas nem no processo de extinção das entidades comerciais, para desenvolvermos com mais especificidade a questão da proteção dos credores sociais que é o cerne do nosso estudo.

Palavras-chave: Proteção dos credores sociais; Responsabilidade pelo passivo superveniente; Liquidatários; Sócios; Dissolução; Liquidação; Partilha.

¹ No desenvolvimento do nosso trabalho concentramo-nos, principalmente, nas sociedades de responsabilidade limitada, mais concretamente nas sociedades por quotas.

CENTRAL QUESTION:

To what extent does the Portuguese legal system protect social creditors at the moment of dissolution, liquidation and extinction of their debtors (companies²)?

Abstract

The answer to this question has been developed progressively, in pace with companies extinction process itself: Companies, as legal persons, does not extinguish with just one legal fact. Therefore, primarily, we have analyzed companies dissolution and liquidation phases, then passing through their characteristics, effects and objectives.

During the study of the protection of the social creditors we analyzed the Portuguese Commercial Companies Code to understand whether legal relationships, including the relation between companies and creditors, persist towards companies extinction and how liquidators and business partners respond to supervening liabilities.

We balanced all different protected interests, reflecting critically about case law's and legislation without distancing ourselves from the practical reality of the commercial practices.

We expose different companies extinction processes, focusing mostly on those with sharing suppression because of the inexistence of assets and liabilities, what creates many problems to company creditors.

In order to answer to this protection lacuna which is present in the special extinction process of commercial companies, we enter a path of interdisciplinarity between Law and accounting, suggesting a new way to prove the veracity of the business partners declarations when they declare the company inexistence of assets and liabilities.

We do not focused in the process of extinction of commercial companies to develop in detail the social creditors theme which is the core of our study.

Keywords: Social creditors protection; Supervening Liabilities; Liquidators; Business partners; dissolution; Liquidation; Sharing.

² During our study we focused mainly in limited liability companies, more specifically in private limited companies.

Lista de Abreviaturas

Ac.- Acórdão

Al.- Alínea

Art.- Artigo

CC – Código Civil

Cfr.- Conforme

CIRE – Código da Insolvência e Recuperação de Empresas

CPC- Código de Processo Civil

CSC - Código das Sociedades Comerciais

DL- Decreto-Lei

Ed.- Edição

I.E- Isto é

LGT – Lei Geral Tributária

Op. Cit.- *Opus Citatum*

P.- Página

PP.- Páginas

RJPADL – Regime Jurídico dos Procedimentos Administrativos de Dissolução e Liquidação de Entidades Comerciais

SS.- Seguintes

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

TRC – Tribunal da Relação de Coimbra

TRG – Tribunal da Relação de Guimarães

TRL – Tribunal da Relação de Lisboa

TRP – Tribunal da Relação do Porto

Vd.- *Vide*

Vol.- Volume

Sumário

Introdução.....	8
1. Dissolução Societária	9
1.1. Noções	9
1.2. Efeitos	10
2. Liquidação Societária	12
2.1. Noções	12
2.2. Finalidades e objetivos	13
2.3. Tipos de Liquidação	14
3. A manutenção da personalidade jurídica, da personalidade judiciária, da capacidade de gozo, do objeto social e do fim da sociedade	17
3.1. Da personalidade jurídica e da personalidade judiciária	17
3.2. Da capacidade de gozo, do objeto social e do fim da sociedade	18
4. Os liquidatários	19
4.1. Início de funções.....	19
4.2. Cessação de funções	21
4.3. Pagamento das dívidas sociais.....	22
4.3.1. Ordem de satisfação das dívidas sociais	26
4.4. Da responsabilidade dos liquidatários para com os credores sociais	27
5. O efeito da extinção da sociedade nas ações pendentes	32
6. A questão do passivo superveniente.....	32
7. Partilha Imediata do artigo 147.º do CSC.	35
7.1. A figura do Liquidatário na Partilha Imediata	36
8. Liquidação por transmissão global.....	38
9. Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais.	39
9.1. Desburocratização versus proteção dos credores sociais	40
10. Procedimento ad hoc de dissolução sem liquidação.	42

10.1.	Procedimento não expresso na lei versus proteção dos credores sociais.....	42
11.	A problemática do ónus da prova.....	43
12.	Outros contributos e soluções da doutrina	48
13.	O papel da Contabilidade como instrumento de fiscalização- questão de iure condendo. 51	
	Conclusão.....	55
	Bibliografia.....	57

Introdução

No seguimento do exposto no artigo 5.º do CSC as sociedades apenas existem como tais a partir da data em que procedem ao registo definitivo do contrato pelo qual se constituem, gozando de personalidade jurídica desde esse momento³. Contudo, e porque as sociedades comerciais não são eviternas, o nosso estudo desenvolve-se sobre a extinção das mesmas e as respetivas consequências na esfera jurídica dos credores sociais.

Até que ponto é que o ordenamento jurídico português protege os credores sociais aquando da dissolução, liquidação e extinção dos seus devedores (sociedades comerciais)? Está é uma das principais perguntas que já nos propusemos a responder e que exige uma análise das diferentes fases do processo de extinção das sociedades: a dissolução representa o início deste caminho e, o registo do encerramento da liquidação, o seu fim (artigo 160.º n.º 2 do CSC).

Após a extinção das sociedades comerciais, estas perdem a personalidade jurídica, a personalidade judiciária e a capacidade de gozo, no entanto, estes efeitos não prejudicam a vida útil das dívidas societárias.

Ora, apesar de os liquidatários terem a obrigação de liquidar o passivo antes dos haveres sociais serem partilhados pelos sócios (artigo 152.º n.º 3, 154.º n.º 1 e artigo 156.º n.º 1 do CSC), após a extinção das sociedades, poderá surgir passivo social não satisfeito ou acautelado (artigo 162.º do CSC). Neste sentido, iremos perceber de que forma é que os credores sociais poderão reclamar os seus créditos e se o nosso ordenamento jurídico protege cabalmente os seus direitos.

Com o nascimento do procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais⁴ dos artigos 27.º e seguintes do RJPADL, resultado do Programa “SIMPLEX” do Governo, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março, as sociedades comerciais, se não tiverem qualquer passivo para liquidar ou ativo para partilhar, poderão extinguir-se de uma forma célere e sem grandes exigências formais. Destarte, verificaremos qual o impacto que a presente desburocratização tem na esfera de proteção dos credores sociais, nomeadamente em sede judicial (concernente a uma questão crucial do ónus da prova).

³ Sem prejuízo do disposto quanto à fusão, cisão ou transformação de sociedades, tal como refere o mesmo artigo.

⁴ Além deste, analisaremos também um procedimento frequentemente utilizado pelas sociedades comerciais: o “procedimento ad hoc de dissolução sem liquidação”, assim chamado por CAROLINA CUNHA, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (coord. Jorge M. Coutinho de Abreu), Volume II, Almedina, Coimbra, 2011, p. 631.

Com o propósito de aumentar o campo de proteção dos credores sociais, faremos uma proposta de *iure condendo* sem embargar a intenção do Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março de simplificar o processo de extinção das sociedades comerciais.

Assim, ao longo da presente Dissertação, perscrutaremos matéria Jurisprudencial e normativa e destacaremos alguns contributos da Doutrina, para que possamos chegar a uma conclusão ampla e completa quanto à proteção/desproteção dos credores das sociedades comerciais que decidem pôr um fim à sua personalidade jurídica.

1. Dissolução Societária

1.1. Noções

Sem embargo de a sociedade comercial ter uma duração definida no contrato de sociedade ou durar por tempo indeterminado (artigo 15.º do CSC), durante o seu percurso comercial, a sociedade pode ter a necessidade ou obrigação de colocar um termo à sua existência, correspondendo a dissolução societária ao início desse processo de extinção.

Como refere RAÚL VENTURA, a dissolução é a “modificação da relação jurídica constituída pelo contrato de sociedade, consistente em ela entrar na fase de liquidação. Como modificação, a dissolução é um efeito e não um fato jurídico. Modificação e não extinção. A sociedade, como relação e como pessoa coletiva, não se extingue quando se dissolve. Outros factos jurídicos deverem produzir-se para a que extinção se verifique.”⁵

Não sendo a dissolução da sociedade a responsável bastante pela extinção da sociedade, também não a é pelo fim da personalidade jurídica, retirando-se esta conclusão, claramente, através do artigo 146.º n.º 2 do CSC.⁶

Com a dissolução, nem o contrato que deu origem à sociedade, nem a própria sociedade se extinguem imediatamente⁷, há apenas uma modificação do estado da mesma que começa a caminhar para a sua extinção.

⁵ RAÚL VENTURA, *Dissolução e Liquidação das Sociedades. Comentário das Sociedades Comerciais*, 4.ª reimpressão, Almedina, Coimbra, 1993, pp. 16-17.

⁶ “A sociedade em liquidação mantém a personalidade jurídica e, salvo quando outra coisa resulte das disposições subsequentes ou da modalidade da liquidação, continuam a ser-lhe aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições que regem as sociedades não dissolvidas” - Artigo 146.º n.º 2 do CSC.

⁷ Neste sentido, além de RAÚL VENTURA, também JOANA PEREIRA DIAS comentando que “a sociedade não se extingue imediatamente”, só se consumando totalmente esta extinção “com o termo do processo de liquidação, isto é, quando o conjunto de direitos e deveres, que se constituíram à luz da sua personalidade jurídica (que nos termos do 146.º/2 se mantém), seja extinto”, in *Código das Sociedades Comerciais Anotado* (coord. de A. Menezes Cordeiro), Almedina, Coimbra, 2009, p. 460; CASSIANO DOS SANTOS, *Reforma do Código das Sociedades* Colóquios n.º 3, Almedina, Coimbra, 2007, p. 142.

Por outro lado, em exemplo, PINTO FURTADO⁸ considera que a dissolução opera a “extinção, não simples modificação da relação societária”, acrescentando que “a ideia de que, para a sociedade se extinguir, não lhe basta ter entrado em dissolução, sendo necessário que se produzam outros factos jurídicos produtores de tal efeito, pressupõe que o fenómeno extintivo seja indispensavelmente instantâneo, quando não tem de ser assim”, defendendo, em opinião contrária de RAÚL VENTURA, que a dissolução, não sendo um efeito jurídico, representa um *facto extintivo de execução continuada*⁹.

Independentemente de se considerar a Dissolução como um efeito ou como um facto jurídico, certo é, o fim da sociedade será o mesmo. A nível prático, não será a Dissolução conhecida como efeito modificativo ou como facto extintivo que impedirá essa consequência.

Em jeito de condensação de noções, a dissolução é, então, a primeira etapa de um processo, etapa esta que é uma consequência/efeito de vários factos jurídicos/causas¹⁰ explanadas no artigo 141.º n.º 1, 142.º e 143.º do CSC, que tem como fim último a extinção da sociedade. Não é já o fim da mesma, é apenas um início para esse mesmo fim¹¹.

1.2. Efeitos

A dissolução, como início do processo paulatino de extinção¹² da sociedade, tem dois tipos de efeitos: efeito *central* e efeitos *reflexos*.¹³

⁸ PINTO FURTADO, in *Curso de Direito das Sociedades*, 5.ª ed., Almedina, Coimbra, 2004, pp. 561-562.

⁹ Neste sentido, também ROSÁRIO PALMA RAMALHO, definindo dissolução como “uma das formas de cessação dos efeitos de uma determina relação ou situação jurídica” e como “um verdadeiro facto extintivo, pois que visa a extinção da relação ou situação jurídica e não a sua mera modificação”, in *Sobre a Dissolução das Sociedades Anónimas*, AAFDL, Lisboa, 1989, p. 9; e PAULA COSTA E SILVA/RUI PINTO, defendendo que “o termo dissolução designa o efeito de um facto jurídico extintivo, eventualmente sujeito à condição suspensiva da liquidação. A pendência dessa condição traduz-se na referida funcionalização à extinção da pessoa jurídica que, eventualmente ocorrerá.”, in “DLA (Dissolução e liquidação administrativas) - Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais”, em *Código das Sociedades comerciais anotado* (coord. A. Menezes Cordeiro), Almedina, Coimbra, 2010, p. 1303.

¹⁰ As causas de dissolução dividem-se em várias modalidades: casos de dissolução imediata (artigo 141.º do CSC); causas de dissolução administrativa ou por deliberação dos sócios cujo processo administrativo é regulado pelo Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais (artigo 142.º e 144.º do CSC e Anexo III do DL n.º 76-A/2006, de 29 de março) e causas de dissolução oficiosa (143.º do CSC); Para mais desenvolvimentos sobre as diferentes causas cfr. RAÚL VENTURA, in *Dissolução e Liquidação das Sociedades*, *Op.cit.*, pp.7-78 e RICARDO COSTA, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (coord. Jorge M. Coutinho de Abreu), Volume II, Almedina, Coimbra, 2011, pp-562-602.

¹¹ Atentar para o artigo 161.º do CSC que consagra a possibilidade de regresso à atividade por deliberação dos sócios.

¹² Neste sentido de progressividade do processo de extinção RAÚL VENTURA, in *Dissolução e Liquidação das Sociedades*, pg. 12 e RICARDO COSTA, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p. 564;

¹³ RICARDO COSTA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p.564.

O efeito central da dissolução, analisando o artigo 146.º n.º 1 do CSC e 15.º do Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais (doravante designado como RJPADL) ¹⁴ é a liquidação da sociedade, apesar de, como veremos mais à frente, em alguns casos esta fase não se verificar.

Passamos a individualizar cada um dos efeitos reflexos da dissolução das sociedades comerciais

- Extinção por força da lei do título constitutivo da relação de administração ou gerência da sociedade (151º, nº1, 2ª parte do CSC).

Neste âmbito podemos ver pelo artigo 151º nº 1 do CSC que os membros da administração da sociedade passam a ser liquidatários a partir do momento em que a sociedade se considere dissolvida; esta é a regra supletiva, a não ser que seja afastada por *cláusula do contrato de sociedade ou deliberação em contrário*. Como refere RAÚL VENTURA, “quando este preceito for diretamente aplicável, não há nenhuma interrupção temporal entre o termo do órgão administrativo e o início do órgão de administração; as mesmas pessoas mudam simplesmente de funções, compondo o novo órgão”¹⁵. Diferente é “quando, por causa de aplicação do contrato de sociedade ou deliberação social, tomada logo na altura da dissolução, haja que nomear liquidatários, ocorrerá um espaço de tempo, maior ou menor, entre a dissolução e a referida nomeação. Dois preceitos do CSC mostram, sem sombra de dúvidas, que os administradores ou gerentes se mantêm durante esse período: o artigo 149.º nº2, que os manda organizar o balanço e as contas da sociedade, nos sessenta dias seguintes à dissolução e as contas da sociedade, nos sessenta dias seguintes à dissolução; o artigo 145º nº2, que lhes atribui o dever de requerer a inscrição da dissolução da sociedade no registo comercial”.¹⁶

- Aditamento de uma menção distintiva na firma (146º nº3) - “A partir da dissolução, à firma da sociedade deve ser aditada a menção «sociedade em liquidação» ou «em liquidação».”

¹⁴ Anexo III do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março.

¹⁵ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op.cit., p. 298.

¹⁶ *Ibidem*, p. 298.

Consideramos esta norma muito bem conseguida, não só para proteção de terceiro como também, “em homenagem ao princípio da verdade”, como tão poeticamente sustenta PUPO CORREIA.¹⁷

Referimos que o efeito central da dissolução das sociedades é a liquidação, no entanto, em alguns casos, esta não se verifica, nomeadamente nas situações, que analisaremos mais à frente, em que os sócios recorrem ao procedimento especial de extinção imediata das sociedades do artigo 27.º do RJPADL (processo administrativo) e à “dissolução e liquidação na hora”¹⁸, suprimindo-se a liquidação pela inexistência de ativo e passivo na sociedade.

Nesta esteira, podemos ainda identificar os casos de «cisão-dissolução» (arts. 118.º n.º 1 b), 126.º, 127.º), «cisão-fusão» (art. 118.º, 1, c)) e «transformação-dissolução» (art. 130º, 3 e 5)»¹⁹, nos quais, pelos seus fins, não têm no seu processo uma fase de liquidação, nem em sentido lato, nem em sentido estrito.

2. Liquidação Societária

2.1. Noções

Sendo a dissolução, em princípio²⁰, a primeira fase da extinção da sociedade, cumpre falar sobre a fase posterior àquela: a liquidação (regulada nos artigos 146.º e seguintes do CSC).

A liquidação, como bem sustenta MENEZES CORDEIRO é o “conjunto de atos que visam pôr termo ao modo coletivo de funcionamento do Direito, perante uma pessoa coletiva. Em termos práticos, a liquidação implica o levantamento de todas as situações jurídicas relativas à sociedade em liquidação, a resolução de todos os problemas pendentes que a possam envolver, a realização pecuniária (se for o caso) dos seus bens, o pagamento de todas as dívidas e o apuramento do saldo final, a distribuir pelos sócios.”²¹

¹⁷ PUPO CORREIA, *Direito Comercial – Direito da Empresa*, 12.ª edição, Ediforum, Lisboa, 2015, p.301.

¹⁸ CAROLINA CUNHA, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (coord. Jorge M. Coutinho de Abreu), Volume II, Almedina, Coimbra, 2011, p. 566.

¹⁹ CAROLINA CUNHA, *Código das Sociedades Comerciais...*, *op. cit.*, p. 566.

²⁰ O artigo 165.º do CSC refere-se à existência de liquidação no caso de invalidade do contrato; aqui a primeira fase do processo de extinção da sociedade já não é a dissolução, mas sim a nulidade ou a anulabilidade do contrato de sociedade.

²¹ MENEZES CORDEIRO, *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2011, p. 1150; ver também CAROLINA CUNHA, *Responsabilidade dos sócios pelo passivo superveniente após extinção da sociedade nos casos de ausência de liquidação*, in *III Congresso, Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 172.

No sentido de desfiar as noções de liquidação, podemos distinguir liquidação como *situação jurídica da sociedade* ou *fase da vida social* e como *processo*²².

A liquidação, entendida como situação jurídica, refere-se ao ínterim entre o momento em que a sociedade entra em dissolução e o respetivo desfecho: a sua extinção (artigo 160.º n.º 2 do CSC).²³ No sentido mais processual, a liquidação é um leque de atos/operações a executar durante aquele hiato temporal de extinção progressiva da sociedade.

A liquidação como situação jurídica/fase não está dependente da liquidação como processo. A sociedade pode estar “em liquidação” (situação jurídica/fase) e, por omissão dos sócios e liquidatários, não se realizarem os atos realizados com o processo de liquidação.

Por outro lado, as duas distinções estão também numa relação de dependência porque “o processo realiza-se durante a fase; a sociedade está em liquidação porque se encontra nessa fase e porque normalmente está a desenrolar-se o processo e, por outro lado, a situação ou fase é criada pela lei a fim de o processo poder efetivar-se”.²⁴

No polo da liquidação como processo, podemos distinguir entre a liquidação em sentido lato, ou seja, composta por todos os atos daí decorrentes, incluindo a partilha (156.º do CSC), e entre a liquidação em sentido estrito, excluindo-se a partilha que é um ato normativamente subsequente às operações de liquidação.²⁵

Independentemente de noções teóricas que são essenciais para entender as bases da liquidação, na prática, esta fase do processo extintivo da sociedade é a mais importante para a salvaguarda dos credores sociais porque, é através dela que, em princípio²⁶, a sociedade liquidará todo o seu passivo através dos liquidatários (154.º do CSC).

2.2. Finalidades e objetivos

Dos objetivos e finalidades da liquidação podemos retirar dois interesses antagónicos: o interesse dos credores sociais que têm o direito de verem os seus créditos satisfeitos e o interesse dos sócios em recuperar o valor das suas entradas e receber o tal “saldo” (na

²² RAÚL VENTURA, *Dissolução e Liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 210-211.

²³ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.618.

²⁴ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 211.

²⁵ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 212-213.

²⁶ A sociedade poderá não ter dívidas, procedendo imediatamente à partilha dos haveres sociais (147.º e 156.º do CSC e 11.ª n.º 4 do RJPADL): liquidação em sentido lato.

proporção aplicável à distribuição de lucros) que o artigo 156.º n.º 4 do CSC nos fala: o lucro final ou de liquidação²⁷.

Neste seguimento, cumpre questionar qual é o interesse que deverá ser observado como prioritário na fase de liquidação.

No nosso entendimento, e sustentando-nos no próprio artigo 156º n.º 1 do CSC, o interesse dos credores sociais, no caso de a sociedade ter dívidas, deverá ser valorado acima do interesse dos sócios. O presente artigo refere que, os sócios poderão partilhar entre eles o ativo restante, só depois de satisfeitos ou acautelados os direitos dos credores da sociedade, nos termos do artigo 154º do CSC.

Neste sentido e não desvalorizando o fim principal da sociedade que corresponde aos sócios receberem o lucro produzido pela sociedade, consideramos que, no que tange a prioridades processuais, os sócios devem posicionar o interesse dos credores em primeiro lugar, com o objetivo de poderem proceder à partilha (se algum ativo restar) de forma legítima.

Concordamos, assim, com o entendimento de RAÚL VENTURA de que a liquidação “tem por finalidade última realizar um interesse dos sócios, mas que ela deve ser conseguida sem postergação dos interesses dos credores sociais²⁸”;

Não defendemos que a liquidação do passivo seja o fim principal da liquidação (porque também não o é da sociedade), todavia, consideramos que, o interesse dos credores sociais deverá ser colocado em primeiro lugar na hierarquia processualista da liquidação.

Os sócios, certo é, têm direito de quinhão nos lucros (21º nº 1 alínea a) do CSC), no entanto, não deverá ser colocado em cheque a proteção no tráfego comercial e de terceiros que em nada devem responder pela extinção dos seus devedores sociais.

2.3. Tipos de Liquidação

A fase de liquidação da sociedade poderá processar-se em diferentes modalidades: *liquidação extrajudicial, liquidação administrativa e liquidação judicial*.²⁹

²⁷ Para PAULO DE TARSO DOMINGUES, o lucro final ou de liquidação é o “lucro que se apura no termo da sociedade, quando esta se liquida, e que consiste no excedente do património social líquido sobre a cifra do capital”, in *Estudos de Direito das Sociedades* (coord. Jorge M. Coutinho de Abreu), 12.ª edição, Almedina, Coimbra, 2015 pp. 213 e ss.

²⁸ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 218; CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.618, partilhando a mesma opinião de RAÚL VENTURA.

²⁹ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 621; TIAGO RAMALHO, acrescentando uma modalidade de “liquidação insolvencial”, in *Código das Sociedades Comerciais- Anotado &*

Quando *supra* falamos do efeito central da dissolução, referimos o artigo 146.º que nos esclarece que, “salvo quando a lei disponha de forma diversa, a sociedade dissolvida entra imediatamente em liquidação, nos termos dos artigos seguintes do presente capítulo...”. Este artigo apresenta a modalidade de liquidação extrajudicial, cujo o processo está identificado nos artigos 146.º e seguintes do CSC, não obstante o contrato de sociedade e as deliberações de os sócios poderem regulamentar o processo de liquidação em tudo o que não estiver disposto nos respetivos artigos (146.º n.º 5 do CSC).

A liquidação administrativa remete-nos para os artigos 15.º e seguintes do Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais (RJPADL). Para a liquidação seguir a via administrativa, podem os sócios deliberar (com a maioria exigida para a alteração do contrato) ou estipular no contrato de sociedade, através da liberdade garantida pelo artigo 145.º n.º 4 do CSC³⁰.

Fora do campo facultativo, há lugar à liquidação por via administrativa, se a sociedade se dissolver por dissolução administrativa promovida por via oficiosa (146.º n.º 6 do CSC e 15.º n.º 5 alínea a) do RJPADL); se os prazos previstos no artigo 150.º do CSC não forem cumpridos, circunstância em que o serviço de registo competente promove oficiosamente a liquidação administrativa (150.º n.º 3 do CSC e 15.º n.º 5 alínea b) do RJPADL); se “o tribunal que decidiu o encerramento de um processo de insolvência por insuficiência da massa insolvente tenha comunicado esse encerramento ao serviço de registo competente, nos termos do n.º 4 do artigo 234.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas” (15.º n.º 5 alínea g) do RJPADL)³¹; e, por fim, se a sociedade for dissolvida administrativamente através do requerimento de outro interessado que não a própria entidade comercial (4.º n.º 4 do RJPADL).

Em relação à última modalidade de liquidação, “qualquer sócio, credor da sociedade ou credor de sócio de responsabilidade ilimitada pode requerer a liquidação judicial, antes de ter sido iniciada a liquidação pelos sócios, ou a continuação judicial da liquidação iniciada, se esta não tiver terminado no prazo legal” (artigo 165.º n.º 2 do CSC), nos casos em que o

Comentado (coord. Paulo de Tarso Domingues), [Em linha], Lexit, Porto, 2013, pp. 1820-1830, disponível in https://books.google.pt/books/about/C%C3%B3digo_das_Sociedades_Comerciais_2013_A.html?id=D-urBAAQBAJ&redir_esc=y; e ARMANDO TRIUNFANTE, *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007., pp. 160-167.

³⁰ ARMANDO TRIUNFANTE, refere que estes casos “decorrem de vontade das partes esteja ela logo exprimida no contrato de sociedade ou resulte de deliberação dos sócios que tenha obedecido aos requisitos exigidos por lei para a alteração do contrato de sociedade”, in *Código das Sociedades Comerciais Anotado, op. cit.*, pp. 161- 162.

³¹ Estes três últimos casos “originam o procedimento administrativo de dissolução sem que se mostre necessária a concorrência de qualquer iniciativa ou vontade de qualquer interessado”, in *Código das Sociedades Comerciais Anotado, op. cit.*, pp. 161- 162.

contrato de sociedade seja declarado nulo ou anulado. Atente-se também ao cfrado do artigo 172.º do CSC que igualmente nos direciona para a liquidação judicial e complementa o artigo 165.º do CSC no caso dos sócios não procederem à respetiva liquidação: “Se o contrato de sociedade não tiver sido celebrado na forma legal ou o seu objecto for ou se tornar ilícito ou contrário à ordem pública, deve o Ministério Público requerer, sem dependência de acção declarativa, a liquidação judicial da sociedade, se a liquidação não tiver sido iniciada pelos sócios ou não estiver terminada no prazo legal”.³²

Vejamos que, antes do início de vigência do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, aquilo que hoje decorre por liquidação administrativa, anteriormente realizar-se-ia pela via judicial, nomeadamente pelos artigos 146.º n.º 4 e 150 n.º do CSC nos quais foi substituída a referência judicial pela administrativa. Além disto, no próprio Código de Processo Civil, pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, desapareceram os artigos 1122.º e seguintes que também consagravam a liquidação judicial. Não compreendemos este último desaparecimento, tendo em conta as possibilidades previstas nos artigos 165.º n.º 2 e 172.º do CSC de a liquidação seguir a via judicial.

Na modalidade de liquidação judicial, enquadra-se, também, aquela que se segue à declaração de insolvência de uma sociedade (141.º n.º 1 alínea e) do CSC), nos termos dos artigos 156.º e seguintes do Código da Insolvência e da Recuperação de empresas (CIRE). TIAGO RAMALHO, encaixa esta situação numa modalidade chamada “liquidação insolvencial”, salvaguardando que “constituiu, também, uma liquidação judicial, no sentido que decorre na pendência de um processo judicial (processo de insolvência)”.³³

³² ALEXANDRA BARRIAS, quanto à solução consagrada pelo artigo 172.º do CSC, refere que a mesma “resulta da necessidade de, perante uma irregularidade societária, se proceder à respetiva liquidação do património social, isto porque foi efetivamente criada uma sociedade, ainda que irregularmente, e constituído um fundo patrimonial comum em vista da obtenção e partilha de lucro(..) Assim, este desenlace emergiu como uma sanção para a inércia por parte dos sócios e restantes sujeitos com legitimidade para procederem à liquidação da sociedade, de acordo com o disposto no art. 165.º.”, in *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado* (coord. Paulo de Tarso Domingues), [Em linha], Lexit, Porto, 2013, pp. 1976-1977, disponível in https://books.google.pt/books/about/C%C3%B3digo_das_Sociedades_Comerciais_2013_A.html?id=D-urBAAAOBAJ&redir_esc=y

³³ TIAGO RAMALHO, *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, op. cit., pp. 1820-1830.

3. A manutenção da personalidade jurídica, da personalidade judiciária, da capacidade de gozo, do objeto social e do fim da sociedade

3.1. Da personalidade jurídica e da personalidade judiciária

O artigo 146º nº2 do CSC consagra que “a sociedade em liquidação mantém a personalidade jurídica e, salvo quando outra coisa resulte das disposições subsequentes ou da modalidade da liquidação, continuam a ser-lhe aplicáveis, com as necessárias adaptações, as disposições que regem as sociedades não dissolvidas.”

A letra da lei é clara não exigindo um longo discurso teórico, no entanto, vejamos o que refere, a par de outros³⁴, o Ac. do TRP de 27/03/2008 (Fernando Baptista) que afirma a manutenção da personalidade jurídica nas sociedades em dissolução e liquidação:

“(…) a dissolução é uma mera modificação da situação jurídica da sociedade que se caracteriza pela sua entrada em liquidação; trata-se de uma modificação e não da sua extinção. É que, não obstante a sua dissolução, a sociedade conserva a sua personalidade jurídica até ao registo do encerramento da liquidação (ut artº 160º, nº2).

Portanto, a dissolução da sociedade é coisa completamente diferente da sua extinção.

(…) A sociedade em liquidação mantém a personalidade jurídica até ao encerramento da liquidação (arts. 146º-2, e 160º-2). Por isso, apesar de ser decretada a sua dissolução, a sociedade continua, durante a fase da liquidação, temporariamente, exercer a atividade social, mesmo que tal implique a conclusão de novos negócios ou a contratação de empréstimos necessários à efectivação da liquidação (ut artsº 152º-2-a) e b)).

(…) Feita a liquidação, os liquidatários devem requerer o registo de encerramento da liquidação, que marca o termo de personalidade jurídica da sociedade (artº 160º CSC e artº 3º, al. s), do C.R.C.).”³⁵

Perante a clareza da lei e a corroboração da Jurisprudência, não há dúvidas que a sociedade em dissolução e liquidação mantém a personalidade jurídica, tendo esta personalidade “a mesma natureza antes e depois da dissolução”³⁶.

³⁴ Ac. TRP, de 24/03/2011 (Deolinda Varão); Ac. STJ, de 15/11/2007 (Salvador da Costa); Ac. STJ, de 12/01/1999 (Garcia Marques); Ac. TRP, de 18/06/2009 (Deolinda Varão); Ac. STJ, de 06/11/2008 (Amaral Ferreira); Ac. STJ, de 19/06/2008 (Serra Baptista); Ac. STJ, de 12/01/1999 (Garcia Marques), disponíveis in www.dgsi.pt.

³⁵ Ac. do TRP de 27/03/2008 (Fernando Baptista), disponível in www.dgsi.pt.

E quanto à suscetibilidade de ser parte de que nos fala o artigo 11.º do CPC, a tal personalidade judiciária?

O artigo 5.º do CSC refere que as “sociedades gozam de personalidade jurídica e existem como tais a partir da data do registo definitivo do contrato pelo qual se constituem”. Diz-nos também o artigo 11.º n.º 2 do CPC que “quem tiver personalidade jurídica tem igualmente personalidade judiciária”. Mas, mesmo antes da data do registo definitivo do contrato, a lei reconhece às sociedades personalidade judiciária, tal como tutela o artigo 12.º alínea d) do CPC.

Nesta senda, a personalidade judiciária, tal como a personalidade jurídica, das sociedades comerciais mantém-se mesmo após a dissolução. Igualmente, a sociedade em liquidação mantém a personalidade jurídica, como decorre *expressis verbis* da regra do artigo 146º n.º 2 do CSC e, consequentemente, também a personalidade judiciária.

A personalidade jurídica e judiciária da sociedade perduram até ao registo do encerramento da liquidação e, só com a efetivação deste ato, como já vimos, é que a sociedade se considera extinta (artigo 160º/2 do CSC).

Concluindo, apenas com a extinção da sociedade é que cessa a personalidade jurídica e judiciária, à semelhança do que acontece com a morte de qualquer pessoa singular.³⁷

3.2. Da capacidade de gozo, do objeto social e do fim da sociedade

Quanto à capacidade de gozo, como refere CAROLINHA CUNHA, em seguimento do entendimento de RÁUL VENTURA, “embora a capacidade jurídica esteja, nesta fase, concentrada na preparação da extinção da pessoa coletiva e dos vínculos nela encabeçados, a capacidade de gozo não fica, *ipso iure*, restringida às operações e estrita liquidação e partilha.”³⁸

O artigo 152. n.º 2 do CSC refere que, *por deliberação dos sócios pode o liquidatário ser autorizado a continuar temporariamente a atividade anterior da sociedade*. Portanto, se a sociedade pode, por deliberação dos sócios, autorizar os liquidatários a continuar temporariamente a atividade anterior da sociedade, não há aqui uma restrição nem diminuição da capacidade de gozo da mesma: “Se ela só tivesse capacidade para os atos estritamente de

³⁶ Vd. RAÚL VENTURA, Dissolução e liquidação das sociedades..., *op. cit.*, pp. 238-243, para mais desenvolvimentos quanto a este tema.

³⁷ Cfr. Ac. STJ de 18-09-2003 (Santos Bernardino), disponível in www.dgsi.pt.

³⁸ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p.620.

liquidação e partilha, não poderia um seu órgão- a assembleia geral- autorizar outro órgão- o liquidatário- a praticar atos com finalidade diversa”.³⁹

Assim sendo, a par da personalidade jurídica e da personalidade judiciária, a capacidade de gozo extingue-se apenas aquando da extinção da pessoa coletiva (160.º n.º 2 do CSC).

Em relação ao objeto social, este corresponde às “*atividades que os sócios propõem que a sociedade venha a exercer*” (artigo 11.º n.º 2 do CSC). Cruzando o artigo citado com o artigo 152.º n.º 2 a) do CSC, concluímos que, os sócios, por deliberação, podem autorizar os liquidatários a continuar temporariamente a atividade anterior à sociedade, no entanto, se não autorizarem, a sociedade cessa a sua atividade.

Nesta perspetiva, a cessação da atividade não muda o objeto social, este mantém-se o mesmo, o que altera é o exercício.⁴⁰

Quanto ao fim da sociedade, este também não se altera com a dissolução e liquidação das sociedades. O fim continua a ser o escopo lucrativo, não obstante o objetivo jurídico da dissolução e liquidação ser a extinção da sociedade.

4. Os liquidatários

4.1. Início de funções

Quando dissolvida a sociedade, subsiste tanto o órgão da assembleia geral como o órgão de fiscalização⁴¹, *basta atentar na regra geral do art. 146.º, 2, bem como nos diversos preceitos do regime da liquidação que supõem a tomada de deliberações pelos sócios (...) e lembra-se a referência expressa do art. 151º, 3 e 4 ao “conselho fiscal”*⁴², no entanto observa-se uma modificação orgânica bastante relevante: a extinção do órgão de gerência.

Esta extinção, como *supra* referido, é um dos efeitos reflexos da dissolução da sociedade. Findo este órgão, há o nascimento de um novo: o órgão de liquidação que será, segundo a regra geral do artigo 151.º n.º 1 do CSC, composto pelos antigos membros do órgão de gerência. Neste caso, o que muda é o órgão, mantendo-se as pessoas que integravam o órgão de administração.

³⁹ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 236.

⁴⁰ Neste sentido, RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 237; e CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.620, concordando com aquele.

⁴¹ Para um estudo mais aprofundado vd. RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 296-304.

⁴² CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 648.

A regra geral do artigo 151.º n.º 1 do CSC remete-nos para a entrada automática dos liquidatários em funções logo após a dissolução da sociedade, isto é, salvo cláusula do contrato de sociedade ou deliberação em contrário, os gerentes⁴³ da sociedade passam, por força da lei, automaticamente a ser os liquidatários.

Ainda neste contexto de entrada automática em funções, podemos falar nas situações em que o contrato de sociedade estipula no seu início quais os sujeitos que serão liquidatários. PAULO OLAVO CUNHA⁴⁴, refere que na maior parte dos casos estamos perante cláusulas que apenas recalcam a regra do artigo 151º n.º 1 do CSC.

A 1.ª parte do artigo 151.º do CSC remete-nos para outra modalidade de início de funções dos liquidatários: a nomeação por deliberação dos sócios que “supõe ou que o contrato de sociedade houvesse previamente afastado a aplicação da regra supletiva do artigo 151.º, 1, mas sem prover à indicação dos titulares do órgão de liquidação; ou que a deliberação de nomeação seja contemporânea da dissolução da sociedade (ou, pelo menos, anterior ao seu registo- art. 145º, 2)”⁴⁵. Se assim não o for, acontecerá uma substituição (e não nomeação) posterior dos liquidatários que, por força do artigo 151.º n.º 1 do CSC, entrarão automaticamente em funções.⁴⁶

As deliberações de nomeação, para as quais não deve ser exigida maioria qualificada⁴⁷, devem ser inscritas no serviço de registo competente (151º n.º 7 do CSC).

Nos casos de inexistência de liquidatários⁴⁸, pode o conselho fiscal, qualquer sócio ou credor da sociedade requerer a respetiva designação por *via administrativa* ao serviço de registo competente, prosseguindo a liquidação nos termos previstos no presente código- não

⁴³ “A designação pela lei reporta-se a quem for administrador ou gerente à data da dissolução da sociedade e abrange todas pessoas que, nessa data, exerçam essas funções.” vd. RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, p. 310.

⁴⁴ OLAVO CUNHA, *Direitos das Sociedades Comerciais*, 5.ª edição, Almedina, Coimbra, 2012, p 662.

⁴⁵ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 649.

⁴⁶ Veja-se o artigo 151.º n.º 2 do CSC que dá a possibilidade aos sócios de, em qualquer momento e sem dependência de justa causa, poderem deliberar a destituição de liquidatários, bem como nomear novos liquidatários, em acréscimo ou em substituição dos existentes.

⁴⁷ Para melhor entendimento da não exigência de maioria qualificada cfr. RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 311-312 e CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., pp. 649-650.

⁴⁸ A falta de liquidatários pode ser *inicial* ou *subsequente*, no entanto, a via administrativa deverá ser utilizada em último recurso porque podem os sócios, “em boa parte das situações, remediar a situação de falta de liquidatários nomeando-os por deliberação”, in CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.150 e RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 312-313.

mudando a natureza extrajudicial da liquidação⁴⁹ (artigo 151.º n.º 4 do CSC e 18.º do RJPADL).

Como já referido, antes da entrada em vigor do DL n.º 76-A/2006, de 29 de março, previa-se a nomeação por via judicial, sendo esta substituída pela designação por via administrativa que deverá ser utilizada em último recurso já que os sócios têm a possibilidade de nomear os liquidatários por deliberação.⁵⁰

Veja-se que, “para prevenir que o liquidatário esteja ao serviço de qualquer outro interesse que não o da massa em liquidação”⁵¹, as pessoas coletivas não poderão ser nomeadas liquidatárias, excetuadas as sociedades de advogados ou de revisores oficiais de contas, nos termos do artigo 151.º n.º 5 do CSC.⁵²

4.2. Cessação de funções

O órgão liquidatário não é um órgão eterno, tendo também uma altura pré-estabelecida para a sua extinção.

Para além das possibilidades dadas aos sócios de, *em qualquer momento e sem dependência de justa causa*, poderem deliberar a destituição de liquidatários (151.º n.º 2 do CSC) e de, com fundamento em justa causa, poderem os sócios, credores ou conselho fiscal requerer a destituição do liquidatário por via administrativa (151.º n.º 3 do CSC), temos também o artigo 151.º n.º 8 do CSC, aqui já em jeito definitivo, consagrando que “as funções dos liquidatários terminam com a extinção da sociedade, sem prejuízo, contudo, do disposto nos artigos 162.º a 164.º do CSC”.

A última parte do artigo 151.º n.º 8 do CSC é essencial para a proteção dos credores sociais. Não faria sentido que, cessando o órgão de liquidação devido à extinção da sociedade, morresse também a responsabilidade dos liquidatários, despoletando consequências sérias para o tráfego comercial.

Assim sendo, após a extinção da sociedade e a respetiva extinção do órgão liquidatário, os liquidatários continuam a representar a generalidade dos sócios em ações pendentes (artigo

⁴⁹ARMANDO TRIUNFANTE, *Código das Sociedades comerciais anotado...*, op. cit., p.173, quanto à última parte do artigo 151.º n.º 4 do CSC.

⁵⁰ Assim RAÚL VENTURA, in *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 313.

⁵¹ MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito das Sociedades - Das Sociedades em Geral*, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007, p. 985.

⁵² Para melhor entendimento desta exceção ver RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 309 e JOANA PEREIRA DIAS, *Código das Sociedades Comerciais anotado...*, op. cit., p.485.

162.º do CSC), nas ações necessárias para a liquidação do passivo superveniente (artigo 163.º do CSC), bem como nas ações para cobrança de créditos da sociedade (164.º do CSC).

Além das causas de cessação de funções dos liquidatários expressas na lei, é possível “admitir que o liquidatário renuncie às suas funções, com o que pode incorrer na obrigação de indemnizar a sociedade pelos prejuízos causados injustificada e tempestivamente. Caso haja sido nomeado por um período de tempo determinado, as funções do liquidatário cessarão igualmente pela expiração do prazo de nomeação; a morte e a incapacidade superveniente do liquidatário produzirão, do mesmo modo, o efeito extintivo de que curamos.”⁵³

RAÚL VENTURA, no que concerne à obrigação de indemnizar por prejuízos causados no campo da cessação de funções dos liquidatários, defende que, tanto no caso de renúncia dos liquidatários pelos prejuízos causados *injustificada e intempestivamente*, como também na hipótese do liquidatário ser destituído sem justa causa (151.º n.º 2 do CSC), a sociedade e o liquidatário, devem ser indemnizados, aplicando-se analogicamente os artigos 258 n.º 2, 257º n.º 7 e 430º n.º 3 do CSC às presentes situações, respetivamente⁵⁴.

4.3. Pagamento das dívidas sociais

Pelo artigo 152.º do CSC retiramos um elenco de deveres, poderes e responsabilidades dos liquidatários⁵⁵, consagrando este artigo a regra geral da equiparação dos liquidatários a membros do órgão de gerência da sociedade, com ressalva das disposições legais que lhe sejam especialmente aplicáveis e das limitações resultantes das suas funções.

Para além dos deveres expressos no artigo 152.º n.º 3 do CSC, conseguimos retirar outras responsabilidades dos liquidatários através da leitura de vários artigos, nomeadamente do artigo 145.º n.º 2 (“...requerer a inscrição da dissolução no serviço de registo competente...”); dos artigos 155.º e 157.º quanto ao dever de prestar contas anuais e finais da liquidação e fazer os respetivos relatórios; do artigo 159.º que confere competência aos liquidatários para entregarem aos sócios os bens partilhados; do artigo 160.º quando ao dever de requerer o registo do encerramento da liquidação; e dos artigos 162.º a 164.º do CSC de representar a generalidade dos sócios em ações judiciais após a extinção da sociedade.

⁵³ CAROLINA CUNHA, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 654 e RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 321-325.

⁵⁴ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 325-327.

⁵⁵ O nosso foco no presente estudo será analisar os deveres, poderes e responsabilidades dos liquidatários que estão interligados com a proteção dos credores sociais, por isso, para uma análise mais aprofundada de todo o elenco do artigo 152.º do CSC cfr. RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 330-353.

A atividade dos liquidatários⁵⁶, no âmbito dos poderes⁵⁷ que lhes são conferidos, deverá destinar-se primeiramente a preparar o pagamento dos credores sociais. Nesta senda, devem agir com a diligência de um gestor criterioso e ordenado, no interesse dos credores e, claro, consequentemente, da sociedade (artigo 64.º do CSC). Podemos demonstrar esta hierarquia de interesses tanto pelo artigo 152.º n.º 3 do CSC como também pelo processo natural da própria liquidação que exige que, primeiro, haja liquidação do passivo social para, posteriormente, proceder-se à partilha do ativo restante (154.º e 156.º do CSC). No articulado do n.º 3 do artigo 152.º do CSC vemos quase como que uma “checklist”; uma lista ordenada e hierarquizada de atos a realizar pelos liquidatários.

O artigo 152.º no seu n.º 2 do CSC refere um conjunto de quatro atos que os liquidatários podem ser autorizados a praticar por deliberação dos sócios ou através de cláusula no contrato, como bem defende RAÚL VENTURA⁵⁸. Estes atos pressupõem uma autorização (limitação oponível a terceiros), ou seja, não poderão ser praticados por iniciativa própria dos liquidatários, sob pena da sociedade invocar a respetiva violação para se considerar desvinculada de negócios celebrados em seu nome.⁵⁹

Pelo contrário, o n.º 3 do artigo 152.º do CSC mais do que poderes, elenca cinco deveres essenciais para o processo de liquidação da sociedade. Aqui já não estamos no âmbito de autorização dos sócios; aquelas são as funções que nascem no momento em que o órgão de liquidação “é criado”, são os “genes” do próprio liquidatário.

⁵⁶ A atividade do liquidatário, nos termos do artigo 151º n.º 6 do CSC, é remunerada. Vejamos o que diz o Ac. TRP de 23/03/2006 (José Ferraz) sobre a remuneração dos liquidatários:

“I - A remuneração de um liquidatário judicial deve ser compatível com as funções cometidas, com o que se exige do liquidatário e com a preparação exigida às pessoas que as exercem e, remetendo a lei para a prática das remunerações na empresa, não se deve olvidar as remunerações pagas a gerentes e administradores, não para as fazer coincidir necessariamente, mas constituindo um elemento importante de referência para retribuir funções idênticas, no todo ou em parte. II - Na fixação da remuneração dever-se-á ter presente esses aspetos, o trabalho efetivamente desenvolvido e o tempo despendido pelo liquidatário nas funções relativas à concreta falência, à dificuldade do exercício da função, à complexidade do processo – apreensão de bens, apuramento da sua situação jurídica, aferição do seu valor, as relações que a empresa falida tinha com terceiros, a dimensão do passivo, as dificuldades da venda dos bens, os resultados obtidos para os credores, a diligência aposta na atividade.”, disponível in www.dgsi.pt.

⁵⁷ São poderes de natureza administrativa e representativa. Quanto ao exercício dos poderes de representação, há que levar em conta a regra especial estabelecida pelo artigo 151º n.º 6 do CSC para o caso de pluralidade de administradores: “Sem prejuízo de cláusula de contrato de sociedade ou de deliberação em contrário, havendo mais de um liquidatário, cada um tem poderes iguais e independentes para os atos de liquidação, salvo quanto aos de alienação de bens da sociedade, para os quais é necessária a intervenção de, pelo menos, dois liquidatários.”, cfr. CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 656.

⁵⁸ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 335.

⁵⁹ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 656.

Passamos a analisar o artigo 154.º do CSC que nos remete para o dever geral de cumprimento das obrigações da sociedade (tutelado pelo artigo 152.º n.3 b do CSC).

No fundo, esta norma, representa aquilo que deve ser, na nossa opinião, a primeira preocupação dos liquidatários: a liquidação do passivo social.

Nos termos do artigo 154.º n.º 1 do CSC “os liquidatários devem pagar todas as dívidas da sociedade para as quais seja suficiente o ativo social”, com o fim de ser atingido um saldo líquido partilhável⁶⁰. Quando o artigo fala em “todas as dívidas” são tanto as exigíveis à data da dissolução como aquelas que forem constituídas durante a fase da liquidação⁶¹.

Como é de fácil ilação, o liquidatário só tem obrigação de liquidar as dívidas de que tem conhecimento, no entanto, e no louvor ao velho ditado “o pior cego é aquele que não quer ver”, acreditamos que o liquidatário, no dever das suas competências, deverá agir com diligência de um gestor criterioso e ordenado, informando-se junto dos sócios, por documentos contabilísticos e através do antigo órgão de administração⁶², de todo o passivo da sociedade. Esta diligência, não sendo, em muitos casos, suficiente, poderá evitar que o liquidatário seja, posteriormente, responsabilizado pessoalmente nos termos do artigo 158.º do CSC (agindo com culpa ou dolo⁶³).

A lei, ao exigir a liquidação de todo o passivo, confere uma tripla proteção: proteção do próprio liquidatário, dos sócios e dos credores sociais que têm o pleno direito de satisfação dos seus créditos.

Note-se que, o liquidatário, ao deparar-se com uma situação de dívida supostamente inexistente, pode recusar o seu pagamento “por desta resultar uma situação litigiosa, que, aliás, ele mesmo pode provocar, propondo ação de apreciação ou declarações negativas”⁶⁴.

Quanto às dívidas litigiosas, o artigo 154.º n.º 3 do CSC estabelece que os liquidatários devem acautelar os eventuais direitos dos credores por meio de caução, nos termos do Código de Processo Civil, nomeadamente dos artigos 906.º e seguintes. A presente obrigação dos liquidatários é um meio de proteção de credores, no entanto, não podemos deixar de concordar com alguma Doutrina no entendimento de que, este meio, “pode criar, na prática,

⁶⁰ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 378.

⁶¹ Ibidem, p. 379.

⁶² Se estes não forem os liquidatários à data.

⁶³ Este último para efeito de direito de regresso sobre os antigos sócios.

⁶⁴ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 378, acrescentando que “o liquidatário não pode transigir, judicial ou extrajudicialmente, sem a isso estar autorizado por deliberação dos sócios. A transação importa necessariamente concessões da parte da sociedade, para previr ou terminar um litígio e isso excede a competência do liquidatário.”

embaraços ao prosseguimento da liquidação”⁶⁵, por «eventuais “manobras” de “pretensos” credores»⁶⁶.

Outra proteção que a lei oferece aos credores sociais é a obrigação dos liquidatários procederem à consignação em depósito do objeto da prestação, se estiverem verificados os requisitos do artigo 841.º do Código Civil (artigo 154.º n.º 2 do CSC). Neste enquadramento, a consignação em depósito não é facultativa (841.º n.º 2 do Código Civil), mas sim obrigatória, não podendo a sociedade revogá-la, tirando nos casos em que consegue provar que a dívida já não existe.

Aquando da dissolução e liquidação, nem todas as dívidas da sociedade serão exigíveis, atrasando o termo da liquidação. No entanto, a lei, salvaguardando essas situações, concedeu uma faculdade aos liquidatários de liquidarem as dívidas antecipadamente, independentemente de o prazo ter sido estabelecido em benefício dos credores, salvo nos casos de insolvência e de acordo diverso entre a sociedade e o credor (153.º n.º 1 do CSC).

RAÚL VENTURA refere que o liquidatário deverá fazer uso deste *poder* excecionalmente e apenas quando se trate de obrigações pecuniárias: diz o Autor que, “quando a prestação devida pela sociedade consiste numa obrigação em dinheiro, o prejuízo é facilmente calculável, mas tratando-se de obrigações com outros objetos, as consequências podem ser gravíssimas e imprevisíveis para o legislador, que, assim, não pode tê-las admitido”⁶⁷.

Ao invés, pelo artigo 153º n.º 2 do CSC, mais do que uma faculdade, o liquidatário tem o dever de reclamar os créditos da sociedade sobre terceiros e sobre sócios por dívidas (que não relacionadas com as entradas), mesmo que os prazos tenham sido estabelecidos em benefício da sociedade.

Por fim, o artigo 153.º n.º 3 do CSC, transporta o regime imperativo⁶⁸ de caducidade das cláusulas de deferimento da prestação de entradas na data da dissolução da sociedade, *i.e.*, aquando da dissolução e liquidação da sociedade, os liquidatários poderão exigir aos sócios o pagamento integral das entradas ainda não cumpridas, com uma ressalva: “os liquidatários só poderão exigir dessas dívidas dos sócios as importâncias que forem necessárias para

⁶⁵ JOANA PEREIRA DIAS, *Código das Sociedades Comerciais anotado...*, *op. cit.*, p. 489.

⁶⁶ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p. 666.

⁶⁷ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, *op. cit.*, p. 357.

⁶⁸ “Trata-se de um regime imperativo, na medida em que não é possível que o contrato ou deliberação dos sócios impeçam a caducidade das cláusulas de deferimento da prestação de entradas no momento da dissolução da sociedade”, in CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p. 662.

satisfação do passivo da sociedade e das despesas de liquidação, depois de esgotado o activo social, mas sem incluir neste os créditos litigiosos ou considerados incobráveis”⁶⁹.

Na nossa opinião, esta é uma ressalva que faz todo o sentido a nível prático para o processo de liquidação e no campo de proteção dos credores sociais. Com a 2.^a parte do artigo 153.º n.º 3 do CSC evita-se um processo de 360 graus desnecessário; em exemplo, se a sociedade estivesse numa situação em que o ativo existente era suficiente para liquidar todo o passivo da sociedade, o sócio realizava o pagamento integral das entradas para pouco tempo depois estar a receber o mesmo valor, tal como dispõe o artigo 156.º n.º 2 e 3 do CSC. A nível processual, no final das contas, o liquidatário exigir aos sócios o pagamento integral do valor das entradas em falta, revelar-se-ia um processo sem efeito útil.⁷⁰

No campo de proteção de credores, o facto do artigo 153.º n.º 2 do CSC condicionar a liquidação do valor das entradas à existência de ativo suficiente que possa cumprir com as dívidas da sociedade, é um exemplo da importância que a liquidação do passivo da sociedade tem no âmbito processual da liquidação. Este artigo exalta o papel prioritário que a liquidação do passivo tem no processo de liquidação *lato sensu*.

4.3.1. Ordem de satisfação das dívidas sociais

Sabemos que no âmbito de processo de Insolvência, aquando da liquidação, o pagamento aos credores é feito de forma coletiva e concursal, havendo uma ordem definida de satisfação das dívidas da massa dependendo do tipo de credores em questão⁷¹. Pelo contrário, na liquidação por dissolução da sociedade, não existe nenhuma norma no Código das Sociedades Comerciais que indique que deverá ser respeitada uma ordem de pagamento das dívidas, no entanto, podemos referir duas disposições que especificam dois casos diferentes referentes a esta hierarquia de pagamentos:

⁶⁹ Artigo 153.º n.º 3 do CSC.

⁷⁰ Neste sentido, TIAGO RAMALHO, *in Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, *op. cit.*, p.1867, onde refere que no artigo 153.º n.º 2 do CSC “há, em primeira linha, uma preocupação de simplificação procedimental: não se justifica que um sócio realize o valor da parte da entrada em falta para vir a receber a mesma quantia ou quantia superior num segundo momento (ex. realizar o valor de € 2500 para, na partilha do património societário, receber € 5000). Este primeiro princípio orientador leva pressuposta a fase de liquidação que a sociedade atravessa, não se fazendo já sentir a necessidade de ser dotada de meios para prosseguir o objeto social (é isto que justifica a inutilidade da realização da prestação por parte do sócio). Se há esta preocupação base, então o regime também se aplica quando a entrada já esteja vencida e o sócio, por conseguinte, esteja em mora”; também RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, *op. cit.*, p. 363 e CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, pp 662-663.

⁷¹ Credores garantidos, credores privilegiados, credores comuns e credores subordinados.

- a) Artigo 26.º n.º 1 da LGT que “representa um caso excecional de responsabilidade tributária solidária”⁷²: Na liquidação de qualquer sociedade, devem os liquidatários começar por satisfazer as dívidas fiscais, sob pena de ficarem pessoal e solidariamente responsáveis pelas importâncias respetivas.⁷³
- b) Artigo 245.º n.º 3 alínea a) do CSC: decretada a falência ou dissolvida por qualquer causa a sociedade (...) os suprimentos só podem ser reembolsados aos seus credores depois de inteiramente satisfeitas as dívidas daquela para com terceiros;

Daqui retiramos o primeiro e o último lugar na hierarquia de liquidação de passivo, *i.e.*, as dívidas fiscais devem ser pagas em primeiro lugar⁷⁴ e os créditos dos sócios por suprimentos, claramente, em último.

No que concerne às restantes dívidas, não é imposta qualquer ordem, estando a graduação de pagamentos à livre escolha do liquidatário. Não obstante esta livre escolha, a atitude do liquidatário deve ser “pautada pelo critério da diligência devida”⁷⁵ que é exigida a qualquer devedor. Mais do que diligência, o liquidatário, ao aperceber-se que a sociedade não tem meios (ativo) para liquidar os seus débitos e apurando uma situação de insolvência⁷⁶, deve apresentar a sociedade à insolvência, nos termos do artigo 18.º e 19.º do CIRE⁷⁷.

4.4. Da responsabilidade dos liquidatários para com os credores sociais

Tivemos a oportunidade de concluir que os liquidatários têm o dever de liquidar o passivo social antes de o ativo restante poder ser partilhado pelos sócios nos termos dos artigos 156.º e 159.º do CSC. A principal questão coloca-se quando, no exercício deste poder-dever e na obrigação, tutelada pelo artigo 157.º n.º 2 do CSC, de os liquidatários declararem que todos os credores estão satisfeitos, aqueles não liquidem todas as dívidas da sociedade, apesar de declarem o contrário.

⁷² Tânia Meireles da Cunha, *in* Da Responsabilidade dos Gestores de Sociedade perante os credores sociais: A culpa nas responsabilidades civil e tributária, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2009, p.158.

⁷³ O n.º 1 do artigo 26.º da LGT deverá, obviamente, articular-se com os respetivos n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo: “2 - A responsabilidade prevista no número anterior fica excluída em caso de dívidas da sociedade que gozem de preferência sobre os débitos fiscais. 3 - Quando a liquidação ocorra em processo de falência, devem os liquidatários satisfazer os débitos fiscais em conformidade com a ordem prescrita na sentença de verificação e graduação dos créditos nele proferida.” O processo de “falência” refere-se ao atual processo de insolvência.

⁷⁴ Tirando nos casos referidos pelo artigo 24.º n.º 2 e 3 da LGT.

⁷⁵ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, *op. cit.*, p. 384.

⁷⁶ Segundo o artigo 3.º n.º 1 do CIRE “é considerado em situação de insolvência o devedor que se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas”.

⁷⁷ MENEZES LEITÃO, *Direito da Insolvência*, 6.ª edição, Almedina, Coimbra, 2015, p. 128 e ss..

Esta questão é respondida prontamente pelo artigo 158.º do CSC: “os liquidatários que, com culpa, nos documentos apresentados à assembleia para os efeitos do artigo anterior indicarem falsamente que os direitos de todos os credores da sociedade estão satisfeitos ou acautelados, nos termos desta lei, são pessoalmente responsáveis, se a partilha se efetivar, para com os credores cujos direitos não tenham sido satisfeitos ou acautelados”.

No âmbito deste artigo, para que os liquidatários sejam responsabilizados pessoalmente, é necessário estarem preenchidos três requisitos:

- a) *Haverem indicado falsamente que os direitos de todos os credores da sociedade estavam devidamente satisfeitos ou acautelados;*
- b) *Essa falsa indicação consubstanciar uma atuação culposa ou dolosa dos liquidatários;*
- c) *A partilha já ter sido efetivada, isto é, já ter ocorrido a entrega dos bens partilhados aos sócios nos termos do artigo 159.º.*⁷⁸

A responsabilidade dos liquidatários para com os credores sociais é solidária e não subsidiária, não havendo necessidade de excutir os bens da sociedade ou dos sócios responsáveis.⁷⁹ No entanto, os liquidatários gozam de direito de regresso contra os antigos sócios. Associada a este direito de regresso está a mera culpa, excluindo-se aquele ao verificar-se dolo na conduta dos liquidatários, o que é aplaudível. Não faria sentido os sócios serem responsabilizados por uma atitude dolosa dos representantes legais da sociedade na fase de liquidação.

A responsabilidade pessoal dos liquidatários, nos termos do art.º 158º do CSC, para com os credores sociais só surge se a partilha se efetivar⁸⁰, o que pressupõe, a existência de bens da sociedade à data da dissolução.

Na opinião de MENEZES CORDEIRO, a responsabilidade dos liquidatários “por declarações falsas é de tipo aquiliano (483.º/1, in fine, do CC), razão porque a lei acrescenta o requisito culpa”⁸¹. O Autor sustenta que há violação de uma norma de proteção, a norma do

⁷⁸ CAROLINA CUNHA, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 675.

⁷⁹ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 420.

⁸⁰ RAÚL VENTURA, refere que o requisito da “partilha se efetivar” presta-se a uma dúvida: “saber se se refere à aprovação pelos sócios do projeto de partilha ou à entrega dos bens, em conformidade com o projeto aprovado; parece preferível o segundo entendimento, pois a simples aprovação do projeto de partilha não lesa os interesses dos credores, que ainda encontram património social sobre o qual podem satisfazer os seus créditos” in *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 419-420.

⁸¹ MENEZES CORDEIRO, *Código das Sociedades Comerciais anotado...*, op. cit., p. 492.

artigo 157.º n.º 2 do CSC que impõe aos liquidatários a declaração de que os todos os credores estão satisfeitos⁸².

Sabemos que, para a aplicação do 483.º do CC, é necessário estarem preenchidos os cinco requisitos da responsabilidade civil: a) o facto; b) a ilicitude; c) a imputação do facto ao lesante; d) o dano; e) um nexo de causalidade entre o facto e o dano⁸³, o que pode revelar bastantes dificuldades de responsabilização em sede judicial.

Por outro lado, RAÚL VENTURA considera que o artigo 158.º do CSC “constitui sanção para uma das possíveis formas de violação do dever atribuído ao liquidatário no artigo 157.º n.º 2”, bem como “constitui um instrumento de garantia da regra contida no artigo 156.º n.º 1, que só permite a partilha do activo restante, depois e satisfeitos ou acautelados os direitos dos credores da sociedade”⁸⁴. Este Autor considera que a responsabilidade dos liquidatários compõe a dívida principal e a eventual indemnização por mora, sendo indiferente a origem do crédito.⁸⁵

Na opinião de CAROLINA CUNHA, «é nítido o carácter punitivo da “responsabilidade” que o art. 158.º impõe aos administradores: não só se exige expressamente que hajam procedido com culpa, como se comina uma sanção mais grave no caso de dolo- a perda do direito de regresso contra os antigos sócios (...). Por outro lado, não parece que o credor tenha de fazer exatamente a prova de um dano ligado por um nexo de causalidade àquela indicação falsa; dito de outro modo, o art. 158.º não determina, em bom rigor, uma obrigação de indemnizar dentro da lógica dos artigos 562.º, ss, do CCiv.. Adiciona, isso sim, um novo responsável à dívida societária insatisfeita ou desacautelada: o liquidatário, a quem o seu pagamento pode doravante ser exigido provados os pressupostos do artigo 158.º, 1.”⁸⁶

Enfatizamos as opiniões de CAROLINHA CUNHA e RAÚL VENTURA.

Concordamos que a responsabilidade do artigo 158.º do CSC sirva como um travão sancionatório à atuação dos liquidatários, por um lado, evitando que estes declarem falsamente que todo o passivo foi liquidado e, por outro lado, protegendo os credores sociais.

⁸² Ibidem, p. 492.

⁸³ ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral, Volume I*, reimpressão da 10.ª edição de 2000, Almedina, Coimbra, 2015, p. 478.

⁸⁴ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 419.

⁸⁵ Ibidem, p. 420.

⁸⁶ CAROLINA CUNHA, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., pp. 676 e 677.

Atente-se que, na esteira do artigo 152.º n.º 1 1.ª parte do CSC, aos liquidatários é diretamente aplicável os artigos 64.º e 72.º a 79.º do CSC⁸⁷.

Consequentemente, os liquidatários devem ter deveres de cuidado e de lealdade, tanto nos casos de serem autorizados a continuar temporariamente a atividade anterior da sociedade (artigo 152.º n.º 2 a) do CSC), como também se realizarem, apenas, atos de preparação à extinção da sociedade (neste âmbito, “o liquidatário deve ser diligente criterioso e ordenado, mas numa atividade diferente da gestão”⁸⁸)

Posto isto, sobre os liquidatários poderão incidir as várias responsabilidades consagradas do artigo 72.º ao 79.º do CSC, ou seja, a responsabilidade para com a sociedade, a responsabilidade para com os credores sociais e a responsabilidade para com os sócios e terceiros⁸⁹.

Além do referido, note-se que o artigo 158.º, poderá ser articulado com o artigo 163.º do CSC, no caso dos respetivos requisitos de responsabilidade estarem preenchidos:

- a) Nos termos do artigo 163.º, extinta a sociedade, os antigos sócios respondem pelo passivo social não satisfeito ou acautelado até ao montante que receberam na partilha;
- b) Os liquidatários respondem pessoal e solidariamente pela dívida reclamada, se se verificar que indicaram falsamente, e com culpa, que os direitos dos credores estavam satisfeitos e acautelados, tendo direito de regresso sobre os sócios (estes respondem até ao montante que receberam na partilha⁹⁰);
- c) Se os liquidatários tiverem agido com dolo, estes não têm direito de regresso sobre os sócios, respondendo pessoal e solidariamente pela totalidade da dívida.

Tal como refere TIAGO RAMALHO, o efeito da articulação do artigo 163.º com o artigo 158.º do CSC é «o aumento da massa patrimonial a ser responsabilizada. Se, "encerrada

⁸⁷ Neste sentido TIAGO RAMALHO, *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, op. cit., pp. 1893 e ss.; RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 417-418.

⁸⁸ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 418.

⁸⁹ Neste sentido CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 678 e RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 419; para mais desenvolvimentos TIAGO RAMALHO, *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, op. cit., pp. 1893 e ss..

⁹⁰ É uma questão que o artigo 158.º n.º 2 do CSC não dá resposta, no entanto consideramos sensata a opinião de CAROLINA CUNHA defendendo que os liquidatários só terão direito de regresso contra os sócios até ao montante que estes receberam na partilha, referindo que “os sócios não deverão ser colocados em piores condições do que as que resultariam do referido art. 163.º apenas devido à incúria do liquidatário, i.e, à falsa indicação culposa da inexistência de credores insatisfeitos ou descautelados.” in, CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 677.

a liquidação e extinta a sociedade, os antigos sócios responde[re]m pelo passivo social não satisfeito ou acautelado" (163.º, n.º 1), quando se verificarem os pressupostos do art. 158.º respondem também os liquidatários. Trata-se de uma tutela direta dos credores, porque - é dizer - estamos perante um dever de identificação e pagamento dos débitos societários que também visa a sua proteção.»⁹¹

Concordamos com TIAGO RAMALHO no campo da proteção dos credores.

Efetivamente, o artigo 158.º do CSC, por si só, protege os credores sociais no caso de os liquidatários declararem falsamente que todos os créditos estariam satisfeitos e acautelados. Ao acrescentar-se o artigo 163.º a essa proteção, a massa a responder pela dívida será maior, o que facilitará a liquidação do respetivo passivo e a satisfação do credor.

No caso de não existir qualquer partilha de ativo entre os sócios, a respetiva responsabilização revelará dificuldades- matéria, esta, que desenvolveremos mais à frente.

Por fim, é essencial referir a questão, não respondida pela lei, da eventual omissão de declaração dos liquidatários quanto à satisfação do passivo da sociedade (violação do artigo 157.º n.º 2 do CSC).

Esta questão tem capital importância prática no campo de proteção de credores: imaginemos que, os liquidatários pura e simplesmente nada declaravam sobre o acautelamento dos créditos existentes, com vista à desresponsabilização pessoal. Se, neste caso, não houvesse qualquer consequência para os liquidatários, esta omissão seria prática habitual no processo de liquidação para que a sociedade pudesse, sorrateiramente, fugir às suas responsabilidades.

Para este quesito, partilhamos a opinião de CAROLINA CUNHA e de TIAGO RAMALHO que defendem a aplicação do regime do artigo 158.º, independentemente dos liquidatários terem declarado falsamente que os créditos estariam satisfeitos ou acautelados ou omitido a respetiva declaração. Esta opinião deve-se ao carácter punitivo do próprio artigo 158.º, ou seja, ao punir-se essa omissão evita-se comportamentos intencionais para fugir às responsabilidades e, conseqüentemente, prejudicar credores.

⁹¹ TIAGO RAMALHO, *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, op. cit., p.1894.

5. O efeito da extinção da sociedade nas ações pendentes

Quando falamos da manutenção da personalidade jurídica e judiciária concluímos que as mesmas só se extinguem no momento do registo do encerramento da liquidação (160.º do CSC).

Tendo em conta esta dupla extinção, será que as ações pendentes, em que a sociedade é parte, morrem com a extinção desta? A resposta é facultada claramente pelo disposto no artigo 162.º do CSC.

O artigo 162.º do CSC estipula, no seu n.º 1, que as ações pendentes continuam após a extinção da sociedade, considerando-se esta substituída pela generalidade dos sócios, representada pelos liquidatários, nos termos dos artigos 163.º, n.ºs 2, 4 e 5 e 164.º, n.ºs 2 e 5 do CSC, evitando-se assim a frustração dos credores sociais que lutam judicialmente pela satisfação dos seus créditos.

Ora, não obstante a sociedade extinguir-se com o registo do encerramento da liquidação, nos termos do artigo 160.º do CSC, esta extinção “não produz automaticamente a extinção das relações jurídicas em que a sociedade é parte”.⁹²

O artigo 162.º n.º 2 do CSC exclui a habilitação e esclarece que a instância não se suspende, respeitando assim o princípio da economia processual, evitando dilações “seja no tocante à liquidação, seja quanto às próprias ações em causa”.⁹³

Assim, com a substituição da sociedade pela generalidade dos sócios, estes respondem pelo passivo até ao montante que receberam em partilha (163.º n.º 1 e 197.º n.º 1 do CSC).⁹⁴

Apesar do exposto, nada obsta que a *natureza da relação jurídica controvertida torne impossível ou inútil a continuação da lide* levando à extinção da instância nos termos do artigo 269.º n.º 3 do CPC.⁹⁵

6. A questão do passivo superveniente.

Agora imaginemos que, encerrada a liquidação e extinta a sociedade (artigo 160.º do CSC), subsiste passivo não satisfeito ou acautelado. Sob esta hipótese, como se poderão proteger os credores sociais? Terão estes a possibilidade de ainda exigir os seus créditos?

⁹² Ac. TRP de 21-09-2015 (Paula Maria Roberto), disponível in www.dgsi.pt.

⁹³ MENEZES CORDEIRO, *Código das Sociedades comerciais anotado...*, op. cit., p. 494.

⁹⁴ Ac. TRP de 13-01-2014 (João Nunes), disponível in www.dgsi.pt.

⁹⁵ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., p. 467.

Tratando-se de culpa ou dolo dos liquidatários, como já analisado *supra*, estes podem vir a ser responsabilizados pessoalmente; no entanto, o Código das Sociedades Comerciais contém uma regra geral disposta no artigo 163.º do CSC que protege os credores e responsabiliza os sócios.

Dispõe então o artigo 163.º n.º 1 do CSC que, “encerrada a liquidação e extinta a sociedade, os antigos sócios respondem pelo passivo social não satisfeito ou acautelado, até ao montante que receberam na partilha, sem prejuízo do disposto quanto a sócios de responsabilidade ilimitada”.

Ora, o passivo superveniente é aquele que surge após a extinção da sociedade, porque não foi satisfeito ou acautelado durante o processo de liquidação da sociedade. O “antigo sócio”, “para efeitos do disposto no artº 163º do CSC, não é todo aquele que tenha tido essa qualidade ao longo da vida da sociedade, mas apenas quem a possua na ocasião da partilha”⁹⁶. Nestes termos só quem, à data da partilha, tenha a qualidade de sócio, pode responder nos termos do artigo 163.º do CSC.

Assim sendo, no âmbito do artigo 163.º do CSC os credores sociais podem reclamar os seus créditos após a extinção da sociedade se estiverem preenchidos os seguintes requisitos cumulativamente:

- a) A liquidação estar encerrada e extinta a sociedade (160.º do CSC);
- b) O respetivo credor ter um crédito sob a sociedade;
- c) O passivo não ter sido satisfeito nem acautelado durante o processo de liquidação (passivo superveniente);
- d) O direito de o credor sobre a sociedade não ter prescrito nos termos do artigo 174.º n.º 3;

Se estes requisitos estiverem preenchidos, o artigo 163.º n.º 2 do CSC confere aos credores duas possibilidades: proporem a ação contra a generalidade dos sócios, na pessoa dos liquidatários, que serão representantes legais daqueles para esse efeito⁹⁷ ou proporem a ação contra um ou mais sócios⁹⁸.

Nas palavras de RAÚL VENTURA, a opção que é dada aos credores de proporem a ação contra a generalidade dos sócios, na pessoa dos liquidatários, «consiste em

⁹⁶ Ac. do TRC de 5-05-2015 (Falcão de Magalhães), disponível in www.dgsi.pt.

⁹⁷ TIAGO RAMALHO denomina-a por “ação conjunta”, in *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, op. cit., p. 1923.

⁹⁸ TIAGO RAMALHO denomina-a por “ação singular”, in *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, op. cit., p. 1923.

“despersonalizar” os sócios, para efeitos processuais, admitindo a propositura das ações contra a “generalidade” dele e ao mesmo tempo atribuir aos liquidatários (ou a outra pessoa, na falta deles) a representação processual dessa “generalidade”⁹⁹.

Esta possibilidade de intentar a ação contra a generalidade dos sócios é um mecanismo que poderá facilitar a atuação dos credores, poupando-lhes “os incómodos e as contingências de terem de propor uma ação contra vários réus”¹⁰⁰.

Os liquidatários, se forem representantes legais dos antigos sócios nessas ações, não podem escusar-se a funções atribuídas¹⁰¹, tendo o dever imposto pelo artigo 163.º n.º 4 do CSC de dar conhecimento da ação aos antigos sócios pelo meio mais célere que lhes for possível, podendo usar do direito de exigir aos antigos sócios provisão para os respetivos encargos judiciais.

Por fim, consagra o n.º 2 do artigo 163.º do CSC que “a sentença proferida relativamente à generalidade dos sócios constitui caso julgado em relação a cada um deles”, sem prejuízo das exceções previstas no artigo 332.º do CPC, caso os sócios tenham intervindo no processo como assistentes.

Não esquecendo o tema da liquidação do passivo *per si*, o antigo sócio que liquidar a dívida em causa, dentro do montante que recebeu na partilha, tem direito de regresso contra os outros sócios respeitando o princípio da proporcionalidade dos lucros e das perdas (artigo 163.º n.º 3 do CSC).

Na esfera de proteção dos credores sociais, a solução do artigo 163.º n.º 1 do CSC tutela os credores sociais, evitando que os sócios se sirvam de um ato voluntário para fugir às responsabilidades do tráfego comercial, no entanto trata-se de uma proteção limitada já que os sócios respondem apenas até ao limite do que receberam na partilha; por esta limitação os credores sociais vêm, a maior parte das vezes, apenas uma parte do seu crédito satisfeito. Só assim não o será se estiverem preenchidos os pressupostos para a aplicação do artigo 158.º e

⁹⁹ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, *op. cit.*, p. 487.

¹⁰⁰ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p. 690; neste sentido, *vd.* RAÚL VENTURA, acrescentando que “também pelo lado dos antigos sócios pode haver vantagens na representação global pelos liquidatários: trata-se de dívidas da sociedade resultantes de negócios jurídicos ou de outros factos, que eles, a não ser acidentalmente, desconhecem e, portanto, de pretensões que eles não estão em posição adequada para avaliar e contra as quais têm dificuldade em reagir. Lembremo-nos de que a sociedade extinta tanto pode ter sido uma sociedade por quotas com dois sócios como uma sociedade anónima com milhares de acionistas”, *in Dissolução e liquidação de sociedades...*, *op. cit.*, pp. 486-487.

¹⁰¹ Em caso de falecimento as funções podem ser atribuídas aos últimos gerentes ou, no caso de falecimento destes, aos sócios, por ordem decrescente da sua participação no capital da sociedade- *cfr.* artigo 163.º n.º 5 do CSC.

se se tratarem de sociedades de responsabilidade ilimitada (artigo 163.º n.º 1 parte final do CSC). Quanto a estas últimas, os sócios das sociedades em nome coletivo e os comanditados além de responderem individualmente pelas suas entradas, respondem também “pelas obrigações sociais subsidiariamente em relação à sociedade e solidariamente com os outros sócios” (175.º n.º 1 e 465.º n.º 1 do CSC).

Nas ações a que se reporta o artigo 163º do CSC levanta-se sempre um conjunto de questões, que analisaremos *infra*, quanto ao ónus da prova.

7. Partilha Imediata do artigo 147.º do CSC.

Refere o artigo 147.º n.º1 do CSC que “sem prejuízo do disposto no artigo 148.º, se, à data da dissolução, a sociedade não tiver dívidas, podem os sócios proceder imediatamente à partilha dos haveres sociais, pela forma prescrita no artigo 156.º.”

Deparamo-nos com a supressão da liquidação em sentido estrito, não havendo liquidação de passivo por “suposta” inexistência do mesmo. Os sócios procederão, neste caso, sob pena de responsabilidade futura, à partilha imediata do ativo restante, havendo dispensa de certas burocracias desnecessárias.

A hipótese conferida pelo artigo 147.º n.º 1 do CSC faz todo o sentido no caso de inexistência real de passivo na sociedade, no entanto, a par de outros, cremos que este procedimento está longe de se cruzar com a realidade, porquanto, na maior parte dos casos, e tendo em conta o giro comercial, a inexistência de passivo, por mais diminuto que seja, é uma utopia.

Claro que, se os sócios deliberarem a partilha imediata do ativo restante em violação do requisito da inexistência de passivo, a respetiva deliberação será nula por violação da norma imperativa do artigo 147.º n.º 1 do CSC (56.º n.º 1 d) do CSC); esta nulidade só releva até a extinção da sociedade¹⁰².

Após a extinção da sociedade, como já analisamos, os credores sociais podem responsabilizar os sócios até ao montante que estes receberam na partilha, nos termos do artigo 163.º do CSC.

No que concerne às dívidas fiscais ainda não exigíveis à data da dissolução o artigo 147.º contém uma ressalva no seu número 2, dizendo que aquelas não impossibilitam a partilha imediata do ativo restante nos termos do artigo 156.º do CSC. *In casu*, os sócios

¹⁰² CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.625.

ficam ilimitada e subsidiariamente responsáveis por essas dívidas, servindo esta regra como uma proteção revestida do fisco e uma barreira de atuação dos sócios.

7.1. A figura do Liquidatário na Partilha Imediata

No domínio do artigo 147.º do CSC e do processo necessário para a partilha do ativo restante, levante-se uma questão quanto à figura do liquidatário e a necessidade da sua existência no respetivo processo. A doutrina tem sido pronta a tentar responder a esta questão.

RAÚL VENTURA sustenta que “sendo a partilha imediata à dissolução, não há neste caso fase de liquidação em sentido restrito, designadamente, não chega a haver liquidatário; não o há por deliberação dos sócios, visto que os sócios não chegam a nomear liquidatários, nem o há nos termos da parte final do artigo 151.º n.º1, porque é eliminada a fase de liquidação e só nela o liquidatário tem cabimento”, afirmando que “os sócios, por si ou por auxiliares nos serviços da sociedade, podem perfeitamente averiguar se há ou não dívidas sociais e os eventuais credores lesados não encontram maior segurança na descoberta dos seus créditos se a busca for efetuada por um liquidatário”¹⁰³.

Em palavras nossas, este Autor considera desnecessária a existência da figura do liquidatário no caso de haver partilha imediata, defendendo que os sócios têm exatamente a mesma legitimidade para desempenhar as funções inerentes à partilha do ativo restante, bem como para o registo do encerramento da liquidação, dispensando a desculpa de ser necessária a intervenção dos liquidatários para haver mais agentes responsáveis para com os credores sociais nos termos do artigo 158.º n.º 1 do CSC.

Por outro lado, temos CAROLINA CUNHA, considerando que, “mesmo suprimida a liquidação em sentido estrito, a subsequente partilha comporta operações de transmissão dos bens aos sócios que podem reclamar o exercício de funções de um liquidatário”¹⁰⁴, defendendo que não pode “uma faculdade atribuída aos sócios para seu princípio benefício redundar em prejuízo de terceiro- que, v.g., pretenda anular, declarar nulo ou resolver um contrato que mantenha com a sociedade-, pelo que, em caso de necessidade, tal terceiro deve dirigir-se”¹⁰⁵-aqui já citando RAÚL VENTURA que apesar da sua posição *supra* identificada

¹⁰³ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 270-271.

¹⁰⁴ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.626.

¹⁰⁵ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.626.

percebe também a importância do liquidatário- “a quem for liquidatário nos termos da lei, e não o havendo, será lícito requerer a nomeação judicial”¹⁰⁶.

TIAGO RAMALHO, segue o mesmo caminho de Carolina Cunha, declarando que, “a ausência de liquidatários será sempre eventual, dependendo da não compressão do direito dos credores”.¹⁰⁷

Articulando-se o artigo 146.º n.º 2 do CSC com a faculdade que o artigo 147.º n.º 1 CSC concede aos sócios de procederem “imediatamente à partilha dos haveres sociais”, concluiu-se que a própria lei não obriga que haja nomeação de liquidatários para a realização dos atos necessárias para a partilha imediata do ativo.

Apesar de alguns artigos atribuírem, sem mais, algumas funções aos liquidatários, como por exemplo no artigo 159, º n.º 1 (“...os liquidatários procedem à entrega dos bens...”), no artigo 157 n.º 1 (“as contas finais dos liquidatários devem ser acompanhadas por (...) um processo de partilha do ativo restante”) e artigo 160.º do CSC (“os liquidatários devem requerer o registo do encerramento da liquidação), consideramos que estas atribuições diretas não deverão ser impedimento para que sejam os sócios ou os membros da administração a praticar esses atos, tendo em conta a regra geral do 146.º n.º 2 do CSC¹⁰⁸ e a própria abertura do artigo 147.º n.º 1 do CSC ao atribuir a função de partilha dos haveres sociais aos sócios.

Apesar de considerarmos que não é obrigatória a existência do liquidatário para efeitos do artigo 147.º do CSC, o ideal será sempre a sua existência e participação no processo, devido a vários fatores que aqui expomos:

- a) Interesse dos sócios “mormente no que respeita à consistência do ativo societários, mas também para evitar dissabores que uma eventual aplicação da responsabilidade emergente do artigo 163.º lhes acarretaria¹⁰⁹”.
- b) Proteção dos credores por poderem ativar a responsabilidade pessoal dos liquidatários do artigo 158.º do CSC, se os respetivos requisitos estiverem preenchidos;
- c) Se os liquidatários coincidirem com os membros do órgão de administração (regra geral do artigo 151.º do CSC), estes serão, em princípio, os elementos mais

¹⁰⁶ RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, op. cit., pp. 270-271.

¹⁰⁷ TIAGO RAMALHO, in *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, op. cit., p. 1838; CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.627.

¹⁰⁸ Neste sentido TIAGO RAMALHO, in *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, op. cit. p. 1839 e CAROLINA CUNHA, in *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.627.

¹⁰⁹ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.629.

conhecedores da realidade económica e contabilística da sociedade, o que, presumivelmente, levará a um processo de partilha imediata mais eficiente.

Em suma, de modo geral, a presença da figura do liquidatário, apesar de não ser obrigatória, é mais favorável para todos aqueles que, de uma ou de outra forma, são afetados pelo processo do artigo 147.º do CSC.

8. Liquidação por transmissão global

Cumpre-nos ainda referir a possibilidade que a sociedade tem de, através do contrato de sociedade ou de deliberação dos sócios¹¹⁰, determinar que todo o património da sociedade seja transmitido para algum ou alguns dos sócios, *i.e.*, por transmissão global, um ou mais sócios ficarem com todo o ativo e passivo da sociedade (artigo 148.º n.º 1 do CSC).

Esta possibilidade faz todo o sentido no contexto prático das sociedades comerciais, para se tentar “evitar a dispersão do património social que inevitavelmente sempre ocorreria com os actos de liquidação”¹¹¹.

A presente faculdade não prejudica os credores sociais, atendendo à obrigatoriedade de consentimento, prévio, expresso e escrito¹¹², dos mesmos e, considerando que, pelas dívidas fiscais ainda não exigíveis à data da dissolução, os sócios ficam ilimitada e solidariamente responsáveis se não efetuarem essa liquidação previamente à transmissão global (artigo 148.º n.º 2 do CSC).

Se só efetuassem a transmissão de ativo, levantar-se-iam outras questões; como se trata de transferência do património global, em nada prejudica os credores (os seus créditos não se extinguem), havendo apenas uma alteração da pessoa detentora do património da sociedade: transfere-se de uma pessoa coletiva para uma ou mais pessoas singulares.

¹¹⁰ A deliberação deverá ser unânime; neste sentido, TIAGO RAMALHO, *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, *op. cit.*, p. 1843, “A deliberação dos sócios no sentido apontado deve ser aprovada simultânea ou posteriormente à deliberação de dissolução da sociedade, e por unanimidade, dado estarem em causa interesses de todos os sócios, em contraposição com o interesse de um ou alguns, a quem o património social será atribuído [1]. Pela mesma razão, a cláusula do contrato que preveja a liquidação por transmissão global, se não constar originariamente do pacto social, apenas pode nele ser introduzido por unanimidade. Se alguma destas deliberações não for tomada por unanimidade, a mesma será ineficaz para todos os sócios (art. 55.º); baseando-se em RAÚL VENTURA, *Dissolução e liquidação de sociedades...*, *op. cit.*, pp. 278-271 e CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p.638.

¹¹¹ JOANA PEREIRA DIAS, *Código das Sociedades Comerciais Anotado...*, *op. cit.*, p.489.

¹¹² “Sob pena de nulidade [art.s 56.º, n.º 1, al. d), do CSC e 294.º do CC]”, *cfr.* TIAGO RAMALHO, *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, *op. cit.*, p. 1843.

9. Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais.

Nos artigos 27.º e seguintes do RJPADL vem explanado um “verdadeiro procedimento sumaríssimo de dissolução e liquidação”¹¹³: o procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais.

Tal como cifra o referido artigo: “1- A dissolução e liquidação das sociedades e das cooperativas deve processar-se de forma imediata desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes pressupostos: a) Instauração do procedimento de dissolução e liquidação por qualquer pessoa, desde que apresentado requerimento subscrito por qualquer dos membros da entidade comercial em causa ou do respetivo órgão de administração, e apresentada ata de assembleia geral que comprove deliberação unânime nesse sentido tomada por todos os membros da entidade comercial; b) Declaração, expressa na ata referida na alínea anterior, da não existência de ativo ou passivo a liquidar. (...)”.

Do respetivo artigo retiramos os seguintes requisitos necessários para se processar a extinção imediata da sociedade: apresentação de requerimento subscrito por qualquer dos membros (sócios) da sociedade ou órgão de administração/gerência; apresentação da ata de assembleia geral que confirme a deliberação unânime entre os sócios no sentido de instaurarem o procedimento de extinção imediata da sociedade e que declare expressamente a não existência de ativo ou passivo a liquidar.

Para nós o requisito da “deliberação unânime” é de aplaudir pela importância e riscos inerentes a este procedimento. Não se poderia, de forma alguma, exigir a mesma maioria necessária para o “procedimento geral”¹¹⁴ porque, neste caso, aumenta-se o risco de desproteção dos credores sociais pela inexistência da liquidação em sentido amplo (liquidação em sentido estrito e partilha) o que, veremos mais à frente, potenciará a insatisfação dos seus créditos.

Outro dos requisitos é a declaração expressa na ata da inexistência de passivo e de ativo, ou seja, a verificação de “património zero”¹¹⁵. Se *supra* referimos a utopia da inexistência de passivo para a partilha imediata, neste caso ainda mais longe da realidade estamos visto que,

¹¹³ PAULA COSTA E SILVA/RUI PINTO, “DLA (Dissolução e liquidação administrativas) - Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais”, *op. cit.*, p. 1347.

¹¹⁴ No que concerne à deliberação de dissolução imediata dos sócios (artigo 141.º n.º 1 b)), as maiorias dependem de cada tipo social: nas sociedades por quotas aplica-se o artigo 270.º do CSC; nas sociedades anónimas, os artigos 464.º e o artigo 386.º no 3, 4 e 5 do CSC; nas sociedades em comandita, o artigo 473 n.º 1 do CSC; e nas sociedades em nome coletivo, o artigo 189.º n.º 1 do CSC.

¹¹⁵ CAROLINA CUNHA, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p. 630.

além da ausência de passivo exige-se o mesmo para o ativo, “não subsistindo quaisquer lucros finais por distribuir”¹¹⁶.

Veja-se que, segundo o artigo 27.º n.º 2 e 3 do CSC, o requerimento e ata acima descritos podem ser substituídos por um requerimento subscrito por todos os sócios, podendo aquele ser apresentado por qualquer pessoa; a lei permite também que não haja lugar a qualquer requerimento e que o pedido seja efetuado verbalmente por qualquer dos sócios (ou por todos estes) ou órgão de administração, perante um funcionário competente.

Quanto a estas duas hipóteses e perante a simplicidade processual das mesmas, apesar do silêncio da lei, concordamos com a afirmação de que não pode «dispensar-se o documento escrito do qual conste não só a vontade comum dos sócios, como a respetiva declaração quanto à existência de um “património zero”», sob pena de se verificar “o indeferimento do pedido de extinção imediata”¹¹⁷.

Já em final do processo, segundo o artigo 29.º do RJPADL, “apresentado o pedido, o conservador ou o oficial de registos em quem aquele delegar poderes para o efeito profere de imediato decisão de declaração da dissolução e do encerramento da liquidação da entidade. Proferida a decisão, o conservador ou o oficial com competência delegada lavra oficiosa e imediatamente o registo simultâneo da dissolução e do encerramento da liquidação e disponibiliza aos interessados uma certidão permanente gratuita, válida por três meses.” Com este registo dá-se a extinção da sociedade, perdendo a personalidade jurídica e judiciária (160.º n.º 2 do CSC).

9.1. Desburocratização *versus* proteção dos credores sociais

Na nossa opinião, a chamada, por alguma doutrina¹¹⁸, “dissolução e liquidação na hora” que nasceu no seguimento do Programa “SIMPLEX” do Governo, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março, pela facilidade burocrática do seu procedimento, potencia a utilização deste mecanismo independentemente de o requisito da inexistência de

¹¹⁶ OLAVO CUNHA, *Direito das Sociedades Comerciais...*, op. cit., p. 659.

¹¹⁷ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 630; no mesmo entendimento, CASSIANO DOS SANTOS, *Dissolução e Liquidação Administrativas da Sociedade...*, op. cit., p. 161.

¹¹⁸ OLAVO CUNHA, *Direito das Sociedades Comerciais...*, op. cit., p. 654; MENEZES CORDEIRO, *Manual de Direito das Sociedades...*, op. cit., p. 988.

ativo e passivo estar apenas parcialmente cumprido, beneficiando, na maior parte dos casos, uma parte (sócios) em detrimento de outra (credores sociais).

Ora, sendo um dos requisitos, para a tutela dos credores sociais do artigo 163.º do CSC, os sócios terem partilhado entre si haveres sociais, neste caso, a partilha é claramente suprimida mesmo que tenha sido realizado ocultamente; ademais, o regime do procedimento de extinção imediata das sociedades comerciais prescinde a prestação de contas da sociedade do artigo 149.º do CSC.

Alguns Autores criticam este procedimento, nomeadamente ARMANDO TRIUNFANTE afirmando que “a ausência de outros requisitos, tais como a notificação a eventuais credores ou a confirmação da veracidade da declaração da inexistência de ativo e passivo, pode levar ao emprego deste procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais com intuitos fraudulentos”¹¹⁹; CAROLINA CUNHA declarando que “não é curial ignorarmos que este procedimento se presta a utilização fraudulenta, em detrimento dos credores sociais”¹²⁰ e PAULA COSTA E SILVA/RUI PINTO concluindo que “o procedimento híper-simplificado contraria comandos constitucionais já que envolve direitos de terceiro não sendo estes ouvidos. A possibilidade de reação ulterior ou a posteriori não permite conclusão inversa.”¹²¹.

Revelando-se, após a extinção imediata da sociedade, a existência de passivo superveniente, os credores poderão intentar uma ação no âmbito da proteção conferida pelo artigo 163.º do CSC contra a generalidade dos sócios ou contra um ou mais sócios, não podendo aquela generalidade ser representada pela figura do liquidatário já que, neste processo, a presente figura não existe, nem tanto concordamos que, por analogia, seja representada pelo órgão de administração¹²². A lei é clara quando consagra que as ações podem ser propostas contra a generalidade dos sócios, “na pessoa dos liquidatários”. Por outro lado, consideramos que o legislador deveria ter acautelado estas situações, acrescentando a possibilidade de ser o órgão de administração a representar a generalidade dos sócios no caso de não existir a pessoa do liquidatário, simplificando o processo aos

¹¹⁹ ARMANDO TRIUNFANTE, *Código das Sociedades Comerciais anotado*, *op. cit.*, p. 170.

¹²⁰ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p. 631.

¹²¹ PAULA COSTA E SILVA/RUI PINTO, “DLA (Dissolução e liquidação administrativas) - Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais”, *op. cit.*, pp.1348 e 1349.

¹²² ARMANDO TRIUNFANTE defende a presente analogia, *in* *Código das Sociedades Comerciais anotado*, *op. cit.*, p. 170; por outro lado, PAULA COSTA E SILVA/RUI PINTO consideram que não «parece haver base legal para se defender que estes sejam representados pelos “membros do anterior órgão de administração», *in* “DLA (Dissolução e liquidação administrativas) - Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais”, *op. cit.*, p. 1349.

credores sociais e aos próprios ex-sócios por terem a sua representação naqueles que, em princípio, os representariam se a sociedade tivesse personalidade jurídica.

10. Procedimento ad hoc de dissolução sem liquidação.¹²³

No ponto anterior analisamos um procedimento especial consagrado na lei, no entanto é frequentemente utilizado um *procedimento ad hoc de dissolução sem liquidação* que não se encontra tutelado, *per si*, em qualquer norma do ordenamento jurídico.

Este procedimento advém da deliberação dos sócios do artigo 141.º n.º 1 b) do CSC. Nessa deliberação os sócios acrescentam na ata a declaração de inexistência de ativo e passivo, suprimindo-se a fase de liquidação em sentido lato. Posteriormente, procede-se ao registo do encerramento da liquidação, extinguindo-se a sociedade (160.º n.º 2 do CSC).

10.1. Procedimento não expresso na lei *versus* proteção dos credores sociais

Se consideramos o procedimento de extinção imediata, desenvolvido no ponto anterior, demasiado simples e alheio aos interesses dos credores sociais, muito mais simples e desproporcional é este procedimento “*ad hoc*” que, apesar de ter a mesma consequência que é a extinção imediata da sociedade sem haver liquidação, exige uma maioria diferente do que um processo que tem exatamente o mesmo fim: o processo do artigo 27.º do RJPADL exige uma deliberação unânime por parte dos sócios, enquanto que o processo de extinção imediata, que nasce através de uma simples deliberação dos sócios (141.º n.º 1 b) do CSC), exige uma maioria adaptada aos diferentes tipos de sociedade¹²⁴¹²⁵; a título de exemplo, nas sociedades por quotas, exige-se *uma maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social, a não ser que o contrato exija maioria mais elevada ou outros requisitos* (270.º do CSC).

Mais uma vez, tendo em conta a necessidade de partilha do artigo 163.º do CSC não existente no presente processo, estamos perante um procedimento (em alguns casos servindo

¹²³ Assim chamado por CAROLINA CUNHA, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, op. cit., p.631.

¹²⁴ Cfr. nota de rodapé n.º 113.

¹²⁵ Neste sentido CAROLINA CUNHA, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, op. cit., p.632, considerando que “existe, ainda, uma particularidade importante que diferencia a própria base (só aparentemente comum) em que os dois procedimentos se alicerçam: a deliberação dos sócios prevista no art. 27.º do RJPADL deve ser tomada por unanimidade; a deliberação de dissolução sem liquidação apenas requer o quórum deliberativo previsto para a dissolução na concreta sociedade que se pretende extinguir. Esta diferença pode ser relevante se no plano da responsabilidade que seja de assacar aos sócios pela emissão de falsas declarações”.

como estratégia fraudulenta por parte dos sócios) que embarga severamente a possibilidade dos credores verem os seus créditos satisfeitos.

Não podemos deixar de referir a posição de CAROLINA CUNHA que poderia impedir a utilização deste processo *ad hoc de dissolução sem liquidação*: “sendo pacífico o carácter imperativo do art. 146.º,1, quando determina a entrada imediata em liquidação da sociedade dissolvida, segundo a tramitação prevista no CSC, temos muitas dúvidas em que o conservador deva, sequer, lavrar o registo do encerramento da liquidação com base na exibição daquela ata. Dito de outro modo parece-nos ilícito, o efeito supressor da liquidação que a deliberação documentada em ata pretende alcançar, determinando a violação da norma imperativa do art. 146.º, 1, a respetiva nulidade nos termos do art. 56.º,1, d.¹²⁶”

O pensamento de CAROLINA CUNHA faz todo o sentido a nível jurídico, o presente processo não está consagrado na lei, portanto o conservador não deveria lavrar o registo de encerramento da liquidação. Além do mais, sendo permitido este processo, qualquer sociedade que queira extinguir-se da forma mais simples e célere possível não recorrerá ao processo, esse sim consagrado na lei, de extinção imediata da sociedade do artigo 27.º do RJPADL, considerando que o fim e o efeito são análogos nos dois sistemas.

11. A problemática do ónus da prova

A responsabilidade dos antigos sócios pelo passivo não satisfeito ou acautelado depende de terem recebido, em partilha, bens que não poderiam ter sido distribuídos aos sócios, tendo em conta a existência de passivo por liquidar. Se assim é, nas ações propostas pelos credores nos termos do artigo 163.º do CSC e atendendo à declaração de inexistência de ativo e passivo dependente para a efetivação dos dois procedimentos que acabamos de analisar, deverá provar-se se os sócios partilharam entre si património social que deveria ter respondido pelas dívidas existentes.

Perante isto cumpre saber a quem compete o ónus da prova desse requisito, ou seja, se são os credores que têm de fazer a prova de que os sócios receberam em partilha bens da sociedade que poderiam responder integral ou parcialmente pelo seu crédito ou, pelo contrário, se são os sócios que têm de fazer a prova de que não receberam em partilha qualquer ativo social.

¹²⁶ CAROLINA CUNHA, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 632.

Lamentavelmente, a maioria da jurisprudência defende que aos credores pertence o ónus da prova, sustentando que estamos perante factos constitutivos do direito dos credores e que, como tal, são estes que têm de fazer a prova de que os sócios receberam em partilha ativo da sociedade¹²⁷ (342.º n.º 1 do CC).

No nosso entendimento e em seguimento da minoria da jurisprudência¹²⁸ que começa a ganhar força, defendemos que os factos são impeditivos do direito dos credores a alcançarem dos sócios a satisfação dos seus créditos, competindo aos sócios demonstrar que não receberam bens sociais (342.º n.º 2 do CC).

Para entendimento das várias posições, vejamos, primeiro, o que refere o Ac. do STJ de 12-03-2013 (Garcia Calejo), considerando que o ónus da prova está do lado dos credores:

“No caso dos autos não se sabe se existiu partilha dos bens sociais. É certo que se refere na decisão do procedimento administrativo instaurado que *“do procedimento resulta a inexistência de ativo e passivo”*. Porém, a nosso ver, isto não significa que, na realidade, não tenha existido uma partilha de bens entre os sócios. Apenas se poderá ter como assente o que consta da declaração, mas não a sua exatidão. Nesta conformidade, caberia à A. alegar e provar que, liquidada a sociedade, os RR. procederam à partilha de bens sociais, devendo responder até ao preenchimento dos montantes que receberam. Isto porque se devem considerar estes factos como constitutivos do seu direito (art. 342º nº 1 do C.Civil).”¹²⁹

Discordamos totalmente desta posição, subscrevendo integralmente as palavras de CAROLINA CUNHA quando a mesma refere, no que tange ao artigo 163.º do CSC, que “a utilidade deste regime para a satisfação dos credores é, na hipótese que curamos, marginal: segundo o disposto no art 163º/1 a responsabilidade dos sócios pelo passivo social superveniente tem como limite o montante que receberam na partilha. Ora, justamente, a declaração que fundou o procedimento acelerado de extinção do ente societário atestava igualmente a inexistência de ativo, pelo que é frequente os antigos sócios alegarem que nada foi partilhado e que nada receberam, assim logrando esvaziar totalmente a sua responsabilidade. Note-se, todavia, que não parece curial que os sócios se possam valer

¹²⁷ Neste sentido, Acórdãos do STJ de 15-11-2007 (Salvador da Costa), de 26-06-2008 (Santos Bernardino), de 06-03-2012 (Fonseca Ramos), de 07-02-2013 (Bettencourt de Faria) e de 12-03-2013 (Garcia Calejo), do TRP de 23-01-2012 (Caimoto Jácome), de 05-07-2012 (Teles de Menezes e Melo), de 04-06-2013 (Fernando Samões), de 14-01-2014 (Márcia Portela) e de 8-01-2015 (Aristides Rodrigues de Almeida), do TRL de 11-07-2013 (Vaz Gomes), de 12-07-2012 (Luís Lameiras) e de 24-06-2014 (Manuel Marques), e do TRC de 22-03-2011 (Carlos Querido), todos disponíveis in www.dgsi.pt.

¹²⁸ Neste entendimento, Acórdãos do TRL de 09-03-2010 (Afonso Henrique), de 15-03-2011 (Graça Araújo), e de 12-06-2014 (Maria Teresa Albuquerque), e o voto de vencido (Pinto Hespanhol) no Acórdão do STJ de 23-04-2008 (Sousa Peixoto), todos disponíveis in www.dgsi.pt.

¹²⁹ Ac. do STJ de 12-03-2013 (Garcia Calejo), disponível in www.dgsi.pt.

apenas de uma declaração feita por eles próprios e desprovida de fiscalização para demonstrarem que nada receberam em partilha - tanto mais que a declaração se veio a revelar falsa no que ao passivo concerne - o que confere um golpe decisivo na sua (já escassa) credibilidade quanto à inexistência de activo. Em termos processuais, portanto, demandados pelos credores ao abrigo do art 163º para pagamento do passivo superveniente, cabe aos sócios provar, através de outros meios que não a referida declaração, que nada receberam na partilha (cfr aliás o art 342º/2 CC)”.¹³⁰

Terá sentido exigir aos credores uma prova que supõe o conhecimento da situação económica da sociedade a que eles, muito dificilmente, terão acesso?

Do mesmo modo como fizemos com a posição maioritária da jurisprudência, passaremos a transcrever uma parte do Ac. do TRL de 15-03-2011 (Graça Araújo) que faz uma argumentação muito inteligente quanto à posição que defendemos e que iniciará a resposta à questão *supra* formulada:

“O mencionado artigo 163º define uma responsabilidade substitutiva, com o claro objetivo de assegurar o ressarcimento dos credores sociais. Essa responsabilidade, no caso de sócios de responsabilidade limitada, não vai, porém, ao ponto de lhes exigir que suportem mais do que a sociedade suportaria caso não estivesse extinta. Ao contrário do que sucede, por exemplo, na situação do artigo 158º do Cód. Soc. Com., (em que a responsabilidade dos liquidatários se estabelece, direta e pessoalmente, em face dos credores sociais - veja-se, em especial, a parte final do nº 2), no caso do artigo 163º o devedor é a sociedade (sendo que só não é esta o sujeito passivo da relação processual por já não ter personalidade jurídica e judiciária), embora substituída pela generalidade dos sócios, que, por isso mesmo, apenas respondem pelas “forças” do que receberam na liquidação e partilha daquela sociedade. Tal significa, julgamos, que a relação jurídica que o credor social traz à lide no caso do artigo 163º do Cód. Soc. Com. é aquela que se constituiu com a sociedade, posto que nenhuma outra, diversa e autónoma, se constituiu com os respetivos sócios. E daqui decorre que ao credor social apenas cabe a prova dos factos constitutivos desse seu direito sobre a sociedade, nos termos do artigo 342º nº 1 do Cód. Civ.. Correspetivamente, aos sócios cabe invocar e provar (artigo 342º nº 2 do Cód. Civ.) que os credores estão impedidos de obter, naquele momento (e dizemos naquele momento, porque poderá haver ativo superveniente – artigo 164º do Cód. Soc. Com.), o ressarcimento total ou parcial do seu crédito sobre a sociedade, uma vez que da

¹³⁰ CAROLINA CUNHA, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.634.

liquidação da mesma não resultou qualquer saldo ou não resultou saldo suficiente. A posição que ora defendemos (perfilhada no Ac. RL de 9.3.10, in <http://www.dgsi.pt> Proc. nº 4777/06.1TVLSB.L1-1) é, em segundo lugar, a única que assegura ao credor insatisfeito uma situação idêntica à que se verificaria caso a sociedade não estivesse extinta. Com efeito, nessa situação, caber-lhe-ia, apenas provar os factos constitutivos do seu direito para obter a condenação da sociedade; e poderia, depois, lançar mão da ação executiva, contando com o “auxílio” do agente da execução na identificação e localização de bens penhoráveis, nomeadamente existentes nas instalações da sociedade. Ora, tendo a sociedade sido dissolvida por deliberação dos sócios, como é o caso, e igualmente por estes liquidado o respetivo património (circunstâncias a que o credor social é alheio), não compreendemos porque razão deve ser o credor insatisfeito a suportar os custos acrescidos dessa situação no que respeita aos ónus que processualmente lhe incumbem (sendo, aliás, certo que já sofre as consequências derivadas da cessação do giro comercial da empresa). Acresce que a posição de que discordamos exige ao credor social uma prova que necessariamente pressupõe um conhecimento sobre a situação económico-financeira da sociedade que ele, naturalmente, não terá, em muito dificultando ou, mesmo, inviabilizando a satisfação de um crédito que ele, efetivamente, tem. Ao invés, estão os sócios na posição ideal para alegar e provar aquilo que, receberam ou não receberam na partilha.”¹³¹.

Expostas as várias posições, consideramos que, aos credores, apenas deverá ser exigida a prova da relação creditícia que o liga diretamente à sociedade (facto constitutivo- 342.º n.º 1 do CC), *i.e.*, os credores deverão provar a existência do crédito que têm sobre a sociedade e, após a referida prova, caberá aos sócios demonstrar que não procederam a qualquer partilha de ativo que pudesse parcial ou totalmente satisfazer o crédito do credor em questão. O facto de não ter existido qualquer ativo que pudesse ser partilhado pelos sócios durante a liquidação da sociedade, representa um facto impeditivo (341.º n.º 2 do CC) do direito dos credores em satisfazer os seus créditos.

Se o direito de verem os seus créditos satisfeitos foi violado, exigir aos credores que provem que os sócios receberam bens sociais é como que “infetá-los com cegueira provatória”.

Primeiro, os credores, como já referido, não serão os agentes mais capazes de fazer essa prova por não serem parte integrante da sociedade e desconhecerem, por exemplo, a sua

¹³¹ Ac. do TRL de 15-03-2011 (Graça Araújo), disponível in www.dgsi.pt.

contabilidade (mesmo que solicitada, a maior parte das vezes, e em violação da lei, a contabilidade não está organizada impossibilitando ao credor o acesso à prova); segundo, é incoerente colocar-se os credores numa situação pior do que aquela em que estariam se a sociedade não se tivesse extinguido (os credores intentariam uma ação contra a sociedade e esta responderia pelos seus bens, sendo que são estes mesmo bens que respondem nos termos do 163.º do CSC); por fim, se os credores provarem a existência do crédito (facto constitutivo), esta prova demonstra, mesmo que parcialmente, a falsidade da declaração dos sócios de inexistência de ativo e passivo: se os sócios ludibriaram quanto ao crédito não conseguimos compreender como se poderá exigir aos credores uma segunda prova de um facto que impediu a liquidação desse mesmo crédito.

Voltamos a frisar que, se os credores provam a existência do crédito sobre a sociedade, a declaração de inexistência de ativo e passivo revela-se parcialmente falsa, demonstrando uma probabilidade dos sócios terem recorrido ao processo administrativo de extinção imediata ou ao procedimento “ad hoc de dissolução sem liquidação” para conseguirem um “fresh start” sem apresentarem a sociedade à insolvência que representa um dever consagrado na lei - artigo 18.º do CIRE.

Novamente, os credores ao provarem a existência do crédito, ou seja, a existência de passivo da (ex-)sociedade, ressuscita a ideia de que a sociedade, logo à partida, não poderia extinguir-se através dos processos que *supra* referimos pela falha de um dos requisitos para o efeito: inexistência de passivo. É certo que nada se pode fazer quanto à personalidade jurídica da sociedade, nem é próprio levantar-se essas questões no âmbito da responsabilização dos sócios pelo passivo superveniente, no entanto, ao reconhecermos que o ónus da prova está do lado destes é meio caminho andado para que a decisão corresponda à verdade dos factos.

Por último, importa referir que, em sede judicial, ao verificar-se que a sociedade não tem ao dispor "os livros, documentos, e demais elementos da escrituração da sociedade", no caso de o ónus da prova estar do lado dos credores (posição dos factos constitutivos), defendemos a inversão do ónus da prova em virtude dos sócios terem tornado, culposamente, impossível a prova aos credores sociais (344.º n.º 2 do CSC) - pela violação da obrigação decorrente do artigo 157.º n.º 4 do CSC. Assim sendo, os sócios deverão fazer prova de que não partilharam ativo da sociedade que pudesse ter respondido pelo passivo respetivo.

Por não haver a fase de liquidação no procedimento administrativo de extinção imediata da sociedade e no processo “*ad hoc* de dissolução sem liquidação”, pode-se questionar a aplicação do artigo 157.º n.º 4 do CSC.

Neste sentido, consideramos que se deve aplicar analogicamente o artigo 157.º n.º 4 do CSC nos processos de extinção imediata: os sócios, na deliberação exigida pelo artigo 27.º n.º 1 b) do RJPADL, deverão designar um depositário dos livros, documentos e demais elementos da escrituração da sociedade para que no registo de encerramento de liquidação se identifique o respetivo depositário (artigo 2.º n.º 1 a) do Código de Registo Comercial e 10.º n.º 1 s) do Regulamento do Registo Comercial).

Julgamos que, quanto a esta matéria do ónus da prova, ainda há um longo trabalho jurisprudencial a fazer para que se deixe de proteger excessivamente os sócios; estes não respondem pessoalmente pelas dívidas da sociedade, apenas comercialmente (chamamos assim por serem os bens da sociedade extinta a responderem pelo passivo), portanto não vemos argumento que nos leve a desproteger, muitas vezes prejudicando severamente, os credores que são “ostracizados” nos seus créditos por lhes ser exigido uma prova (“diabólica”) que, no decorrer normal das relações comerciais, nunca lhes seria exigida.

12. Outros contributos e soluções da doutrina

Expomos agora algumas soluções da doutrina que julgamos pertinentes no âmbito da proteção de credores.

CAROLINA CUNHA, considerando que os interesses dos credores “vêm a ser gravemente atingidos pela falsidade da declaração inexistência de passivo que fundou a possibilidade de recorrer a um procedimento abreviado”¹³² defende uma aplicação analógica do artigo 158.º do CSC nos casos em que não existe a figura do liquidatário, responsabilizando-se os sócios pessoalmente ao agirem com dolo.

Diz assim a Autora: «Ora, o regime da liquidação normal (i.e., não abreviada) contém uma norma que visa “punir” os sujeitos que, com culpa, “indicarem falsamente que os direitos de todos os credores da sociedade estão satisfeitos ou acautelados”; a “sanção” é tornarem-se pessoalmente responsáveis para com os credores cujos direitos não tenham sido satisfeitos ou acautelados. A norma, claro, é o art. 158º e os sujeitos por ela visados são os liquidatários.

¹³² CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p.634.

Nos casos de que curamos, as declarações são da autoria e responsabilidade dos sócios, mas julgamos que se pondere uma aplicação analógica do art. 158.º. A ser viável, tal aplicação deveria, em atenção ao disposto do n.º 2 do art. 158.º, ficar restringida aos casos em que os sócios agiram com dolo.»¹³³

A Autora afasta a objeção que poderá surgir, por ser necessário haver partilha entre os sócios para que os liquidatários sejam responsabilizados pessoalmente no âmbito do artigo 158.º do CSC, argumentando que “esse requisito só se justifica no contexto de uma liquidação normal, em que à fase de pagamento das dívidas se segue a da partilha do ativo sobejante e, visa, precisamente evitar que se passe à segunda sem a devida observância da primeira. Essa preocupação não se justifica nas hipóteses de procedimento abreviado, em que não há, por definição, fase de partilha. E note-se, sobretudo, que a responsabilidade dos liquidatários, em caso de dolo (requisito que defendemos imprescindível a uma eventual aplicação analógica da norma aos sócios), é totalmente dissociada da existência ou concretização de uma partilha”.¹³⁴

Esta solução é muito interessante pelo seu carácter punitivo: faz sentido punir os sócios se os mesmos declararem falsamente e dolosamente que não existia qualquer passivo e ativo na sociedade. Se se pode responsabilizar o liquidatário pessoalmente por este declarar falsamente que os direitos de todos os credores da sociedade estão satisfeitos ou acautelados, a lei abre portas, pelo “enquadramento teleológico”¹³⁵, para que se faça o mesmo com os sócios, salvaguardando-se o dolo como requisito indispensável para essa punição.

Não obstante ser uma solução muito interessante e que aumenta o campo de proteção dos credores sociais, poderá apresentar dificuldades ao nível da prova: deverá provar-se que os sócios agiram com dolo ao declarem que não havia ativo nem passivo na sociedade, não sendo, muitas vezes, uma prova fácil.

Após a extinção da sociedade, esta não pode ser declarada insolvente por perder a personalidade jurídica, no entanto, TIAGO RAMALHO apresenta uma hipótese de tutela de credores quando, o valor da partilha entre sócios, se revele insuficiente para a satisfação dos seus créditos.

Ora vejamos a argumentação do Autor: “Da mesma forma que encontramos uma mudança na titularidade dos bens, encontramos um novo património, agora de cariz ideal, que pode ser responsabilizado. Pelas dívidas da generalidade dos sócios, que sucede à sociedade,

¹³³ *Ibidem*, p.635.

¹³⁴ *Ibidem*, p.635.

¹³⁵ CAROLINA CUNHA, *Código da Sociedades Comerciais em Comentário...*, *op. cit.*, p.635.

respondem os sócios, já se disse, pelo valor dos bens que receberam em partilha. Como as dívidas não se extinguíram, a massa responsabilizável que assegurava o seu cumprimento também não. Se, outrora, compreendia todos os bens de uma pessoa coletiva, agora compreende o valor desses bens que foi repartido pelos sócios. Ou seja, temos um valor autónomo, perfeitamente identificável, que responde pelas dívidas da sociedade. Esta massa ideal de bens tem, assim, legitimidade para se apresentar ao processo insolvencial, sendo composta pela soma dos valores recebidos em partilha. Os liquidatários, como representantes da generalidade dos sócios (art. 19.º CIRE), têm o dever, assim se verifiquem as circunstâncias do art. 18.º CIRE, de apresentarem a massa de bens pós societária à insolvência. Poderia arguir-se, em sentido contrário, não haver analogia com as alíneas do artigo 2.º, 1 do CIRE. Mas, com isso, ignorar-se-ia o sentido fundamental que ressalta da disposição no seu conjunto, o elemento que agrega as diversas alíneas individualmente consideradas. A analogia, relembramo-lo, não corresponde a identidade. Antes significa a correspondência de sentido entre duas situações diferentes que, sob um certo prisma, reclamam tratamento unitário. E, neste sentido, o que há em comum entre todas as alíneas do art. 2.º CIRE é a existência de uma massa de bens identificável que responde por dadas dívidas, que, quando se apresente num estado de impotência económica, nos termos do art. 3.º, se deve apresentar à insolvência. É o que se verifica no nosso caso, e é o que justifica, ou melhor, impõe, que a massa de bens pós-societária tenha legitimidade para se apresentar ao processo insolvencial. Pese embora a jurisprudência contrário, julgamos que esta a via que não pode deixar de ser trilhada."¹³⁶

TIAGO RAMALHO defende, então, que a massa de bens partilhados entre os sócios tem legitimidade para se apresentar à insolvência, conferindo a respetiva apresentação aos liquidatários, como representantes da generalidade dos sócios. A base da legitimidade, está na insuficiência do valor da soma dos bens partilhados, encontrando-se essa massa impossibilitada “de cumprir as suas obrigações vencidas” (artigo 3.º do CIRE).

Assim, para TIAGO RAMALHO, deve-se autonomizar a massa de bens pós-societária para ser objeto de um processo de insolvência (artigo 2.º do CIRE) e, desta forma, iniciar-se um “processo de execução universal que tem como finalidade a satisfação dos credores” (artigo 1.º do CIRE), neste caso, da sociedade.

Esta proposta abre portas a uma solução que potencia a proteção dos credores sociais, tendo em conta que o processo de insolvência visa principalmente a satisfação dos mesmos (artigo 1.º do CIRE). Ademais, ao trilhar-se este caminho é possível remediar a falta de

¹³⁶ TIAGO RAMALHO, *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado...*, op. cit., pp. 1928-1929.

apresentação à insolvência da sociedade quando a mesma ainda tinha personalidade jurídica. É, aliás, como vimos, uma obrigação prevista no artigo 18.º do CIRE. Se o valor total da massa de bens partilhados pelos sócios vem-se a revelar insuficiente para liquidar o passivo superveniente, fica demonstrado que a sociedade encontrar-se-ia em situação de insolvência aquando da sua existência.

A massa de bens partilhados pelos sócios é passível de identificação e autonomização, tendo essa massa, à partida, legitimidade para ser objeto de um processo de insolvência, não obstante não estar distinguida como tal no artigo 2.º do CIRE, mas sim como um elemento “comum entre todas as alíneas”¹³⁷ como refere TIAGO RAMALHO.

Não estamos perante um caminho fácil. No entanto, se o mesmo for trilhado e aceite jurisprudencialmente, trará consequências muito positivas no domínio de proteção dos credores sociais da sociedade já extinta.

13. O papel da Contabilidade como instrumento de fiscalização- questão de *iure condendo*.

Ao analisarmos o procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais consagrado nos artigos 27.º e seguintes do RJPADL, concluímos que é um procedimento que potencia atitudes fraudulentas pela sua excessiva simplicidade burocrática.

Constatamos também que, a declaração dos sócios de inexistência de ativo e passivo na sociedade, pode ter um peso lancinante na vida dos credores sociais. Assim sendo, propusemo-nos a questionar se não se deveria comprovar a veracidade da respetiva declaração, ainda antes de o conservador proferir decisão de declaração da dissolução e do encerramento da liquidação da sociedade.

Alguns Autores levantam a questão da falta de fiscalização frisando o efeito deletério do respetivo processo:

CAROLINA CUNHA afirma que “a veracidade da declaração dos sócios não é controlável por qualquer mecanismo, o que é tanto mais grave quando se trata de uma declaração emitida pelos próprios interessados”¹³⁸. ARMANDO TRIUFANTE, no mesmo caminho, confirma que o procedimento de extinção imediata dá “uma aparência de muito rigor na fixação dos respetivos requisitos, mas depois parece facilitar-se em demasia pela

¹³⁷ *Ibidem*, pp. 1928-1929.

¹³⁸ CAROLINA CUNHA, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário...*, op. cit., p. 633.

ausência de qualquer controlo às declarações efetuadas pelos principais interessados”¹³⁹. Por fim, PAULA COSTA E SILVA e RUI PINTO, manifestam a *incongruência constitucional pela falta de participação de interessados*: “a lei não prevê que a falta de veracidade da declaração possa ser objeto de alegação por interessado ou, ao menos, de atuação oficiosa do conservador (...), o procedimento ocorre sem contraditório e sem possibilidade de invocação de créditos contra o ente comercial. Tampouco se prevê que o conservador possa promover diligências de determinação de dívidas ou de bens sociais junto de bases de dados públicas.”¹⁴⁰

Num caminho de interdisciplinaridade, consideramos que a contabilidade deveria ter um papel integrante no procedimento especial de extinção imediata, como espelho da realidade económica da sociedade.

Vejamos, por princípios éticos e deontológicos, o contabilista certificado deve pugnar “pela verdade contabilística e fiscal, evitando qualquer situação que ponha em causa a independência e a dignidade do exercício da profissão”¹⁴¹ e o revisor oficial de contas não deve “conscientemente ficar associado a relatórios, declarações, comunicações ou outra informação quando acreditar que a informação: a) contém uma afirmação falsa ou materialmente errónea; b) contém informações ou declarações produzidas de forma descuidada; ou c) omite ou torna obscura informação necessária quando tal omissão ou falta de clareza são suscetíveis de induzir em erro”¹⁴².

Consideramos, então, de *iure condendo*, que, além dos pressupostos exigidos pelo artigo 27.º do RJPADL, deverá acrescentar-se a obrigação de apresentação de um relatório de contas, realizado pelo contabilista certificado ou pelo revisor oficial de contas da sociedade, que comprove a veracidade da declaração de inexistência de ativo e passivo na sociedade.

Assim, condensamos os pressupostos do procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais:

- a) requerimento subscrito por qualquer dos membros da entidade comercial em causa ou do respetivo órgão de administração, e apresentada ata de assembleia geral que comprove deliberação unânime nesse sentido tomada por todos os membros da

¹³⁹ ARMANDO TRIUNFANTE, in *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, op. cit., pg. 169.

¹⁴⁰ PAULA COSTA E SILVA/RUI PINTO, “DLA (Dissolução e liquidação administrativas) - Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais”, op. cit., p. 1348.

¹⁴¹ Artigo 2.º do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados.

¹⁴² Sessão 4, número 2.4.2 do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

entidade comercial; declaração, expressa na mesma ata, da não existência de ativo ou passivo a liquidar; **e relatório de contas da sociedade realizado pelo contabilista certificado ou revisor oficial de contas que comprove a declaração de inexistência de ativo e passivo-** artigo 27.º n.º 1 alínea a) e b) do RJPADL, a acrescentar o último pressuposto.

ou

- b) requerimento subscrito por todos os membros da entidade comercial e apresentado por qualquer pessoa; declaração expressa da não existência de ativo ou passivo a liquidar; **e relatório de contas da sociedade realizado pelo contabilista certificado ou revisor oficial de contas que comprove a declaração de inexistência de ativo e passivo-** artigo 27.º n.º 2, a acrescentar o último pressuposto.

ou

- c) pedido verbal, não havendo lugar a qualquer requerimento escrito, quando o pedido seja efetuado presencialmente perante funcionário competente por qualquer dos membros da entidade comercial em causa ou do respetivo órgão de administração, ou por todos os membros da entidade comercial; declaração expressa da não existência de ativo ou passivo a liquidar; **e relatório de contas da sociedade realizado pelo contabilista certificado ou revisor oficial de contas que comprove a declaração de inexistência de ativo e passivo-** artigo 27.º n.º 3, a acrescentar o último pressuposto.

Se o respetivo relatório comprovar a declaração dos sócios, o conservador deverá proferir a decisão de declaração de dissolução e do encerramento da liquidação da sociedade e proceder aos respetivos registos (artigo 28.º do RJPADL). Pelo contrário, ao verificar-se que os sócios declararam falsamente a inexistência de ativo e passivo na sociedade, o conservador deverá decidir pela extinção do processo, por inobservância dos requisitos necessários para o efeito.

Destarte, ao “burocratizar” o processo especial de extinção imediata das sociedades, incluindo nele o pressuposto de apresentação de um relatório de contas que propomos, poderemos evitar a extinção das sociedades comerciais baseada numa declaração viciada e que afeta a esfera jurídica dos credores sociais.

Além disto, acrescentamos, no campo de proteção dos credores sociais e da própria sociedade, um agente que pode ser responsabilizado: o contabilista certificado ou o revisor oficial de contas¹⁴³.

Refere o Programa do XVII Governo Constitucional que “os cidadãos e as empresas não podem ser onerados com imposições burocráticas que nada acrescentem à qualidade do serviço» e que, por isso, «no interesse conjunto dos cidadãos e das empresas, serão simplificados os controlos de natureza administrativa, eliminando-se actos e práticas registrais e notariais que não importem um valor acrescentado e dificultem a vida do cidadão e da empresa (como sucede com a sistemática duplicação de controlos notariais e registrais)”.

Neste sentido, pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, foi “criada uma modalidade de «dissolução e liquidação na hora» para as sociedades comerciais, assim se permitindo que se extingam e liquidem imediatamente, num atendimento presencial único, nas conservatórias de registo comercial, quando determinados pressupostos se verifiquem”.

Com o que aqui propomos, o procedimento especial de extinção imediata das entidades comerciais, continua a ser simples e desburocratizado, não afetando a intenção do Programa do XVII Governo Constitucional, mas com a complexidade devida pela relevância das suas consequências.

¹⁴³ Para mais desenvolvimento sobre a presente responsabilidade, cfr. EZAGÜI MARTINS, *Responsabilidade Civil Profissional, Médico- Advogado- Agente de Execução- Revisor Oficial de Contas/Contabilista Certificado*, Coleção Formação Contínua, [Em linha], CEJ, março, 2017, pp. 220-236, disponível in http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_ResponsabilidadeProfissional.pdf

Conclusão

Ao analisarmos os artigos 158.º, 162.º e 163.º do CSC percebemos que houve uma preocupação do legislador em proteger os credores sociais, responsabilizando os liquidatários, os sócios e não embargando as ações pendentes contra a sociedade.

Não obstante esta proteção e a obrigação de os liquidatários liquidarem primeiramente o passivo para que o ativo restante possa ser partilhado entre os sócios (artigos 154.º, 156.º e 159.º do CSC), muitas vezes tal não acontece. Nestas hipóteses, os liquidatários poderão responder pessoalmente (158.º do CSC) e os sócios até ao montante que receberam na partilha (163.º do CSC).

O maior problema surge nas circunstâncias dos dois procedimentos “especiais” que examinamos a final: no procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais e no *procedimento ad hoc de dissolução sem liquidação*, a liquidação em sentido amplo é suprimida, não se processando o ato de partilha (requisito para a responsabilização dos sócios no âmbito do artigo 163.º do CSC), nem existindo liquidatário para a responsabilização pessoal do mesmo, nos termos do artigo 158.º do CSC. Neste sentido, consideramos que, a par da questão do ónus da prova, ainda há um longo trabalho a perpetrar.

Quando ao procedimento especial de extinção imediata, compreendemos a necessidade de desburocratização do procedimento administrativo de dissolução e liquidação das sociedades, no entanto questionamos se este será o melhor caminho para acautelar os diversos interesses. Concordamos com a simplicidade, desde que esta não seja uma porta aberta a atitudes fraudulentas que, como pudemos verificar, muitas vezes passam em branco sobre o negro da situação dos credores sociais.

Em virtude desta nóxia simplicidade, defendemos, de *iure condendo*, que um dos pressupostos para o respetivo procedimento deverá ser a apresentação de um relatório de contas, realizado pelo contabilista certificado ou pelo revisor oficial de contas da sociedade, que comprove a veracidade da declaração de inexistência de ativo e passivo na sociedade. Assim, além de outras, poderíamos alcançar duas linhas protetoras: pressão aos sócios para utilizarem este procedimento apenas quando efetivamente não existe qualquer património na sociedade e tutela dos credores sociais por existir uma “fiscalização” à declaração que, hoje, não é alvo de qualquer controlo.

No que concerne ao *procedimento ad hoc de dissolução sem liquidação*, concordamos com CAROLINA CUNHA quando a mesma refere que o conservador não deveria sequer

lavar o registo do encerramento de liquidação com base na ata onde os sócios declaram a inexistência de ativo e passivo, visto que, neste caso, estamos perante a violação plena de a norma imperativa do artigo 147.º n.º do CSC, estando a deliberação dos sócios ferida de nulidade (56.º n.º 1 alínea d)).

Ademais, apelamos que se ultrapasse a questão do ónus da prova quando se defende que, para que os sócios possam ser responsabilizados, cabe aos credores provarem que aqueles partilharam entre si bens sociais que poderiam ter respondido parcial ou totalmente pelo respetivo passivo. Cremos que o julgador deverá olhar para o artigo 163.º do CSC entendendo que, o facto de não ter existido (aparentemente) qualquer ativo que pudesse ser partilhado pelos sócios, é um facto impeditivo do direito dos credores sociais (342.º n.º 2 do CC), não havendo outra hipótese se não a de exigir aos sócios a prova da inexistência de qualquer ativo ou partilha oculta. Portanto, na nossa opinião, aos credores caberá apenas provar o facto constitutivo do seu direito, ou seja, o crédito que tem sobre a sociedade.

Defendemos também que, em sede judicial, se o credor solicitar os “livros, documentos e demais elementos da escrituração da sociedade” (artigo 157.º n.º 4 do CSC aplicado analogicamente ao procedimento especial de extinção imediata das sociedades e ao processo *ad hoc de dissolução sem liquidação*) e, estando dentro dos 5 anos de obrigação de depósito, os sócios não apresentarem o solicitado, deverá inverte-se o ónus da prova, quando se considere que sobre os credores está o ónus de provar que os sócios partilharam ativo que poderia responder pelos seus créditos. Assim, em razão dos sócios terem culposamente tornado impossível a prova ao credor (344.º n.º 2 do CC), inverte-se o ónus da prova, pesando sobre aqueles a prova que não partilharam qualquer haver social que pudesse acautelar os direitos do credor.

Balanceando os diferentes interesses acreditamos que impor aos credores a prova de que os sócios partilharam entre si haveres sociais é colocá-los numa situação extremamente desigual e desproporcional: a parte que terá mais facilidade de aceder à prova necessária serão os antigos sócios por terem sido partes integrantes da pessoa coletiva que constituiu a dívida.

Em suma, os credores sociais, até certo ponto, são protegidos pelo ordenamento jurídico português aquando da dissolução, liquidação e extinção dos seus devedores, no entanto, na prática, essa proteção é abafada pelas características dos diferentes processos e pela exigência provatória que congela a relação comercial e creditícia que nasceu ainda no auge da personalidade jurídica e da capacidade de gozo da sociedade comercial.

Bibliografia

BARRIAS, ALEXANDRA [et al.], *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado* (coord. Paulo de Tarso Domingues), [Em linha], Lexit, Porto, 2013. Disponível na Internet: https://books.google.pt/books/about/C%C3%B3digo_das_Sociedades_Comerciais_2013_A.html?id=D-urBAAAQBAJ&redir_esc=y.

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, *Manual de Direito das Sociedades, I, Das Sociedades em Geral*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2007.

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, *Código das Sociedades Comerciais Anotado*. 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2011.

CORREIA, MIGUEL J. A. PUPO, *Direito Comercial – Direito da Empresa*, 12.^a edição, Ediforum, Lisboa, 2015.

COSTA, RICARDO [et al.], *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (coord. Jorge M. Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, 2011.

COSTA E SILVA, PAULA/PINTO, RUI, “DLA (Dissolução e liquidação administrativas) - Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais”, em *Código das Sociedades comerciais anotado* (coord. A. Menezes Cordeiro), Almedina, Coimbra, 2010.

CUNHA, CAROLINA [et al], *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (coord. Jorge M. Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, 2011.

CUNHA, CAROLINA, *Responsabilidade dos sócios pelo passivo superveniente após extinção da sociedade nos casos de ausência de liquidação*, in *III Congresso, Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, Coimbra, 2014.

CUNHA, PAULO OLAVO, *Direitos das Sociedades Comerciais*. 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2012.

CUNHA, TÂNIA MEIRELES DA, *in* Da Responsabilidade dos Gestores de Sociedade perante os credores sociais: A culpa nas responsabilidades civil e tributária, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2009.

DIAS, JOANA PEREIRA [et al], *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, (coord. António Menezes Cordeiro), 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2011.

DOMINGUES, PAULO DE TARSO, *Estudos de Direito das Sociedades* (coord. Jorge M. Coutinho de Abreu), 12.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015.

FURTADO, JORGE HENRIQUE DA CRUZ PINTO, *Curso de Direito das Sociedades*, 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2004.

LEITÃO, LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES, *Direito da Insolvência*, 6.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015.

MAIA, PEDRO [et al.], *Tipos de Sociedades Comerciais*, *in* *Estudos de Direito das Sociedades* (coord. Jorge M. Coutinho de Abreu). 12.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015.

MARTINS, EZAGÜY [et al.], Responsabilidade Civil Profissional, Médico- Advogado- Agente de Execução- Revisor Oficial de Contas/Contabilista Certificado, Coleção Formação Contínua, [Em linha], CEJ, março, 2017. Disponível na Internet:

http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_ResponsabilidadeProfissional.pdf.

RAMALHO, TIAGO, *Código das Sociedades Comerciais- Anotado & Comentado* (coord. Paulo de Tarso Domingues), [Em Linha], Lexit, Porto, 2013, [disponível in https://books.google.pt/books/about/C%C3%B3digo_das_Sociedades_Comerciais_2013_A.html?id=D-urBAAAQBAJ&redir_esc=y](https://books.google.pt/books/about/C%C3%B3digo_das_Sociedades_Comerciais_2013_A.html?id=D-urBAAAQBAJ&redir_esc=y).

RAMALHO, ROSÁRIO PALMA, *Sobre a Dissolução das Sociedades Anónimas*, AAFDL, Lisboa, 1989.

TRIUNFANTE, ANTÓNIO MANUEL, *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

VARELA, JOÃO DE MATOS ANTUNES, *Das Obrigações em Geral*, Volume I, reimpressão da 10.^a edição de 2000, Almedina, Coimbra, 2015.

VENTURA, RAÚL, *Dissolução e Liquidação de Sociedades - Comentário ao Código das Sociedades Comerciais*. 4.^a reimpressão, Almedina, Coimbra, 2011.

Legislação

- ✓ Código Civil;
- ✓ Código da Insolvência e Recuperação de Empresas;
- ✓ Código de Processo Civil;
- ✓ Código das Sociedades Comerciais;
- ✓ Código de Registo Comercial;
- ✓ Código Deontológico dos Contabilistas Certificados;
- ✓ Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- ✓ Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março;
- ✓ Lei Geral Tributária;
- ✓ Lei n.º 41/2013, de 26 de junho;
- ✓ Regulamento do Registo Comercial.

Jurisprudência

- ✓ Acórdãos do STJ de 15-11-2007 (Salvador da Costa), de 26-06-2008 (Santos Bernardino), de 06-03-2012 (Fonseca Ramos), de 07-02-2013 (Bettencourt de Faria), de 12-03-2013 (Garcia Calejo), de 23-04-2008 (Sousa Peixoto), de 12-01-1999 (Garcia Marques) de 06-11-2008 (Amaral Ferreira); Ac. STJ, de 19-06-2008 (Serra Baptista) e de 18-09-2003 (Santos Bernardino), disponíveis *in* www.dgsi.pt;
- ✓ Acórdãos do TRP de 23-01-2012 (Caimoto Jácome), de 05-07-2012 (Teles de Menezes e Melo), de 04-06-2013 (Fernando Samões), de 14-01-2014 (Márcia Portela) e de 8-01-2015 (Aristides Rodrigues de Almeida), de 27-03-2008 (Fernando Baptista), de 24-03-2011 (Deolinda Varão), de 18/06/2009 (Deolinda Varão), de 23/03/2006 (José Ferraz), 21-09-2015 (Paula Maria Roberto) e de 13-01-2014 (João Nunes), disponíveis *in* www.dgsi.pt;

- ✓ Acórdãos do TRL de 11-07-2013 (Vaz Gomes), de 12-07-2012 (Luís Lameiras) e de 24-06-2014 (Manuel Marques), de 09-03-2010 (Afonso Henrique), de 15-03-2011 (Graça Araújo) e de 12-06-2014 (Maria Teresa Albuquerque), disponíveis *in* www.dgsi.pt;
- ✓ Acórdãos do TRC de 22-03-2011 (Carlos Querido) e de 5-05-2015 (Falcão de Magalhães), disponíveis *in* www.dgsi.pt.